



# Plano de Logística Sustentável

PLS 2017 – 2022

Ano 2019



**MPDFT**  
60 ANOS



Ministério Público  
do Distrito Federal  
e Territórios



GESTÃO  
SUSTENTÁVEL  
MPDFT





## *ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MPDFT*

### ***Procuradora-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios***

Promotora de Justiça Fabiana Costa Barreto

### ***Vice-Procuradora-Geral de Justiça***

Procuradora de Justiça Selma Leite do Nascimento Sauerbronn de Souza

### ***Corregedor-Geral***

Procurador de Justiça José Valdenor Queiroz Júnior

### ***Chefe de Gabinete***

Promotor de Justiça Moacyr Rey Filho

### ***Secretaria-Geral***

Promotor de Justiça Wagner de Castro Araújo

### ***Assessoria de Políticas Institucionais***

Promotor de Justiça André Luiz Cappi Pereira

Promotor de Justiça Georges Carlos Fredderico Moreira Seigneur

### ***Coordenadora de Gestão Sustentável***

Promotora de Justiça Luciana Medeiros Costa



## *Unidades integrantes*

Assessoria Especial de Promoção da Saúde  
e da Qualidade de Vida

Paloma Batista Borba

Coordenação de Documentação e Informação

Rachel Evangelista Rodrigues

Secretaria de Administração

Valmir de Oliveira dos Santos

Secretaria de Planejamento

Germana Magalhães Carsten

Secretaria de Projetos e Obras

Marcelo Stiegemeier

Secretaria de Segurança Institucional

Arnaldo Souza

Secretaria de Segurança Orgânica

Wesley de Souza Silva

Centro de Gestão Sustentável

Rafaela Sol Rebouças

Secretaria de Tecnologia da Informação

Márcia Vale de Souza



## *Responsável pelo PLS*

*Luciana Medeiros Costa*

Promotora de Justiça e Coordenadora de  
Gestão Sustentável

gestaosustentavel@mpdft.mp.br

Telefone: 3343-9980 / 9044



## *Coordenação*

Centro de Gestão Sustentável (Ceges)



## *Colaboração*

Roberta Marques Feijó

Christina Mourão Prates

Renê Mallet Raupp

Melca Silva Rabelo – voluntária Ceges

Viviane Portela dos Santos – voluntária Ceges

Gabriela Pereira da Silva – voluntária Ceges



## *Publicação*

Diagramação e Identidade Visual

Secretaria de Comunicação



## *Palavra da Vice-procuradora de Justiça do Distrito Federal e Territórios*

A Constituição Federal conferiu ao Ministério Público a proteção ao meio ambiente e a promoção da cidadania, entre outras atribuições. Nesse sentido, é preciso agir com protagonismo, antecipar-se às tendências e às mudanças próprias do mundo atual. Um trabalho que começa dentro de casa e que está demonstrado neste Plano de Logística Sustentável.

O objetivo é apresentar o resultado direto do amadurecimento institucional na gestão ambiental e no esforço pela sustentabilidade, intra e extramuros. É promover a integração entre as ações voltadas à consciência para a causa ambiental e as diretrizes do planejamento estratégico do MPDFT.

As iniciativas aqui descritas contribuem para a economia de recursos naturais, materiais e financeiros. Com o cumprimento de metas socioambientais, a Instituição dá o exemplo de que é possível ser eficiente sem causar prejuízos ao

meio ambiente, sem esgotar os recursos naturais. Assim, todos saem ganhando, principalmente a coletividade.

Ao falar em coletividade, é importante destacar a gestão de resíduos sólidos que é, sem dúvida, um dos mais complexos e desafiadores problemas da atualidade. Dados do Serviço de Limpeza Urbana (SLU) indicam que cada morador do DF produz em média um quilo de lixo por dia. Parece pouco, mas ao considerar a população local, composta de quase 3 milhões de habitantes, tem-se a dimensão do problema.

Trata-se de uma questão que diz respeito a toda sociedade e que envolve não apenas aspectos ambientais, mas também econômicos, sociais e culturais. Demanda, dessa forma, posicionamento urgente da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público.

A Política Nacional de Resíduos Sólidos, editada

em 2010, conferiu outros caminhos e perspectivas à discussão sobre o tema. Quase uma década depois de sua promulgação, no entanto, os desafios ainda são consideráveis. Os lixões, que deveriam ter sido eliminados, ainda representam um sério problema.

Em todo o país, milhões de toneladas de lixo não são sequer coletadas. Estima-se que 40% dos resíduos produzidos são descarregados em lixões ou aterros e não contam com medidas necessárias para garantir a integridade do meio ambiente e da população local. Essa, infelizmente, é a realidade de milhares de municípios no País.

Por outro lado, se manejados adequadamente, os resíduos sólidos adquirem valor e viabilizam a economia de recursos, a abertura de mercados, a geração de trabalho e renda, além de contribuir para a inclusão social e diminuir impactos ambientais provocados pela disposição inadequada dos dejetos.

Sabemos, no entanto, que iniciativas nesse sentido demandam o envolvimento de todos.

Nosso convite é para que façam parte desse projeto e somem forças na promoção de um Ministério Público mais sustentável, de uma sociedade mais consciente e propositiva.

Boa leitura.

*Selma Sauerbronn*





## *Apresentação*

Este Plano de Logística Sustentável (PLS) faz parte do objetivo estratégico do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e visa propiciar, como resultado para a sociedade, a preservação do meio ambiente, o compromisso com a transparência nas ações desenvolvidas, a eficiência nos gastos e nas ações implementadas, a proatividade, entre outras metas.

Ao atuar como uma ferramenta de planejamento para a Administração Pública, o PLS permite ao MPDFT estabelecer práticas de sustentabilidade e de racionalização dos gastos e dos processos com a otimização da gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários para o atendimento das demandas institucionais.

Outro objetivo do PLS é aprimorar a comunicação interna entre o Centro de Gestão Sustentável, a Secretaria-Geral, e as Secreta-

rias de Administração; de Projetos e Obras; de Segurança Institucional; de Segurança Orgânica; de Gestão de Pessoas; de Tecnologia da Informação; a Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida e a Coordenadoria de Documentação e Informação. Essa comunicação contribui para uma maior celeridade nas rotinas operacionais e, como consequência, aumenta a eficiência das atividades voltadas a um meio ambiente preservado, sendo este um compromisso firmado com a sociedade em termos de resultado.

O PLS tem como público-alvo direto os membros, os servidores, os estagiários, os voluntários e os trabalhadores terceirizados e, indireto, a comunidade local e a sociedade, e busca fortalecer a integração entre esses envolvidos. A integração também está presente nas parcerias firmadas entre o MPDFT e as instituições

responsáveis pela adequada gestão da coleta e do tratamento de resíduos sólidos, estimulando a redução, o reuso e a reciclagem de materiais. Considera, também, a inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos e das organizações não governamentais (ONGs) envolvidas no processo.



## Índice

*Apresentação – 6*

*Introdução – 9*

*Mapa Estratégico – 11*

*Metodologia – 12*

*Temas e Indicadores – 14*

*1. Uso racional dos recursos naturais e bens públicos – 15*

*2. Gestão adequada dos resíduos gerados – 34*

*3. Licitações sustentáveis – 42*

*4. Qualidade de vida no trabalho – 51*

*5. Sensibilização e capacitação – 55*

*Considerações finais – 59*

*Anexos – 60*

*Outras ações institucionais de 2019 – 62*



## *Introdução*

As instituições públicas e privadas possuem papel fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável. No entanto, atender a legislação ambiental é um desafio. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), como instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, tem como incumbência a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, e a proteção do meio ambiente como uma de suas funções essenciais. Para tanto, deve implementar ações sustentáveis no intuito de ser um modelo para a sociedade e para os demais órgãos públicos.

Inicialmente o Decreto 7.746/2012 prevê a elaboração e implementação do Plano de Logística Sustentável na Administração Pública Federal. Posteriormente, o Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP) editou a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro

de 2012, a qual estabelece regras e o conteúdo mínimo para a elaboração dos planos de logística sustentável.

Este plano faz parte do objetivo estratégico do MPDFT e visa, como resultado para a sociedade, a preservação do meio ambiente, o compromisso com a transparência nas ações desenvolvidas, a eficiência nos gastos e ações implementadas, a proatividade, entre outras metas.

Além da gestão adequada dos resíduos gerados, outros quatro eixos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) fazem parte do presente documento. São eles: 1 - uso racional de recursos naturais e bens públicos; 2 - qualidade de vida no ambiente de trabalho; 3 - sensibilização e capacitação dos servidores; e 4 - licitações sustentáveis. Com o auxílio das outras unidades do MPDFT, o Ceges compilou os dados, analisou-os e os transformou em planilhas e gráficos para basear melhor gestão dos processos e

fomentar uma cultura orientada para resultados.

O documento abrange cinco áreas temáticas que visam promover a mudança de cultura na gestão dos recursos, com reflexões para uma administração eficiente e comprometida com as questões de sustentabilidade.

A Portaria nº 956, de 11 de novembro de 2016, criou o Grupo de Trabalho (GT) responsável pela elaboração e implementação do PLS no MPDFT. Ele é coordenado pelo Ceges e composto pelas seguintes áreas: Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida (Apres), Secretária de Administração (SDA), Secretária de Gestão de Pessoas (SGP), Secretária de Projetos e Obras (SPO), Secretária de Segurança Institucional (SSI), Secretária de Segurança Orgânica (SSO), Secretária de Tecnologia da Informação (STI), Coordenadoria de Documentação e Informação (CDI) e Secretária-Geral (SG), além de áreas que possam ser convidadas a participar do GT.

Visando estar alinhado aos requisitos de sustentabilidade, em 2015, o Ceges iniciou a

elaboração do Relatório de Sustentabilidade do MPDFT, pautado nos indicadores da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e na Resolução CNJ 201, de 3 de março de 2015. Esse relatório iniciou o monitoramento dos principais indicadores que compõem o atual Plano de Logística Sustentável (PLS) por dois anos. Em 2017, pautado nas melhores práticas dos Poderes Judiciário federal e Executivo federal, a instituição implementou o seu primeiro PLS, com metas estabelecidas para o quinquênio 2017-2021.

Nesse contexto, este PLS visa ser uma ferramenta de planejamento, permitindo estabelecer práticas de sustentabilidade, melhorar a racionalização dos gastos e processos na Administração Pública por meio da otimização da gestão dos recursos orçamentários e financeiros necessários para o atendimento das demandas institucionais e da adoção da transparência como valor nos planos estratégico e de logística sustentável. Ele foi elaborado alinhado aos objetivos estratégicos do MPDFT, no que se refere aos quesitos

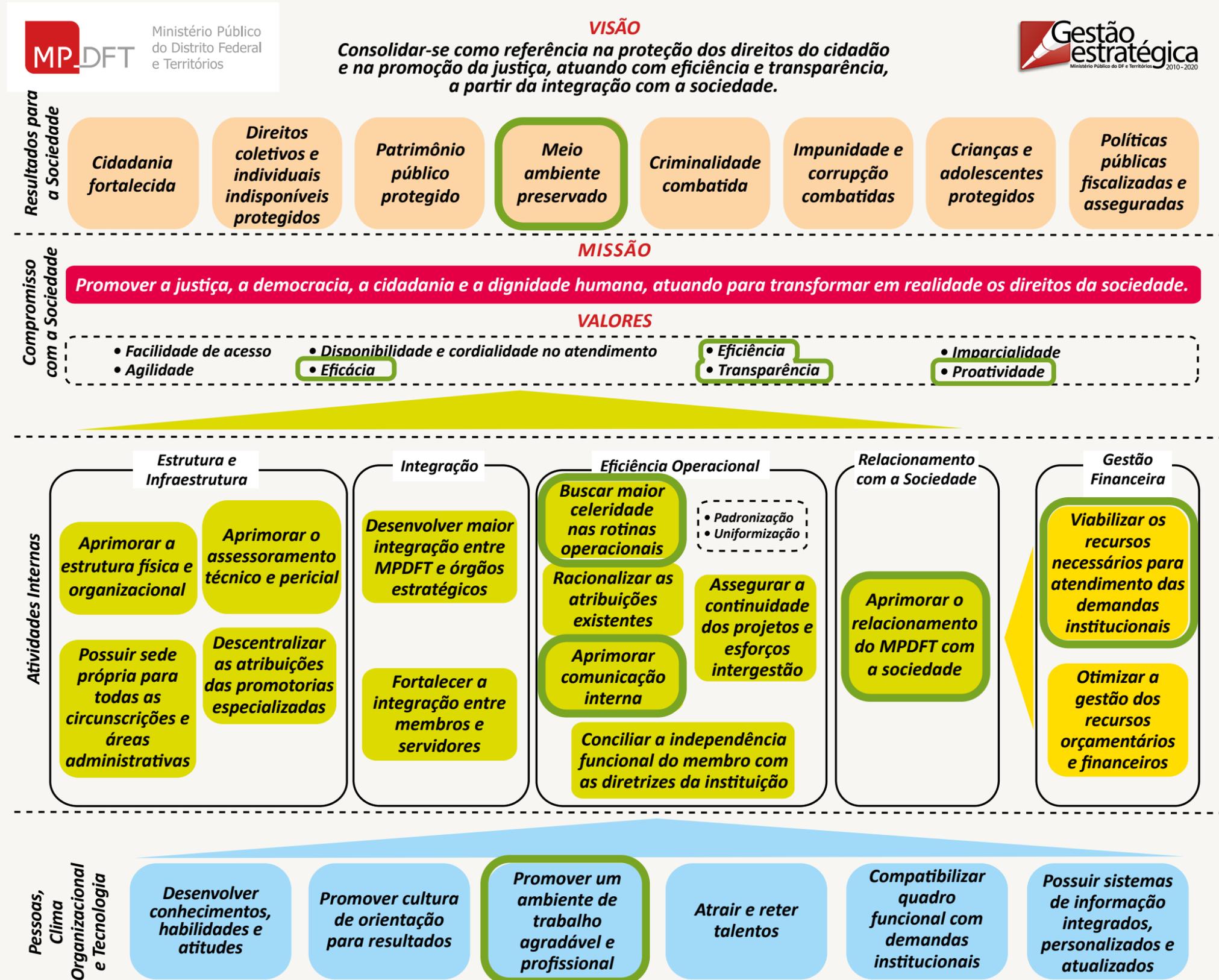
meio ambiente preservado, compromisso com a transparência das ações desenvolvidas, eficiência em gastos e aquisições, eficácia das ações implementadas, proatividade, entre outros.

O PLS se propõe a definir objetivos e metas para os indicadores propostos, estabelecer planos de metas e ações para aqueles considerados sensíveis, bem como a estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação das ações implementadas. Atualmente está na fase de monitoramento.





# Mapa Estratégico 2010 - 2020





## *Metodologia*

O presente relatório de desempenho, ano-base 2019, demonstra a evolução da instituição para uma gestão sustentável, principalmente quanto ao consumo consciente de bens e ao gasto de recursos públicos.

Para a avaliação dos resultados propostos foi utilizada a seguinte metodologia:

- estabelecimento de metas de desempenho anual em conjunto com as unidades responsáveis pelos indicadores;
- monitoramento bimestral dos indicadores mensais, e semestral dos indicadores semestrais e anuais;
- acompanhamento anual de resultados, metas e comparações por meio de planilhas;
- elaboração de gráficos de desempenho;
- controle quantitativo dos indicadores de consumo de bens sem definição de meta para

o gasto, uma vez que a instituição não possui gerência sobre os preços que poderão ser praticados nos pregões/ licitações.

- justificativa, pelas áreas responsáveis, dos indicadores que oscilarem em 20%, para mais ou para menos.

Além disso, o PLS foi dividido pelos temas preconizados pela A3P e os indicadores foram agrupados de acordo com as áreas responsáveis visando facilitar o propósito do grupo de trabalho. Ao longo de 2019, foram monitorados 94 indicadores agrupados nos seguintes temas: 1- uso racional de recursos naturais e bens públicos; 2- gestão adequada dos resíduos gerados; 3- licitações sustentáveis; 4 – qualidade de vida no trabalho; e 5- sensibilização e capacitação. Visando facilitar a compreensão dos resultados alcançados, os gráficos foram elaborados conforme as seguintes legendas:

O indicador alcançou a meta estabelecida

O indicador não alcançou a meta  
estabelecida.

O indicador não possui meta estabelecida

Na elaboração do PLS, compete ao Seram somente a tabulação, a análise dos resultados e a compilação das informações. A veracidade das informações e as justificativas de alcance ou não das metas são responsabilidades de cada área.



*Temas e indicadores  
de desempenho*



## 1. *Uso racional dos recursos naturais e bens públicos*

Visa otimizar o consumo e o de energia elétrica, água, copos descartáveis, papel, e o gasto com deslocamento de servidores e utilização de impressoras, de modo a evitar desperdícios. A seguir, os resultados alcançados pela instituição e a comparação percentual em relação ao ano anterior.

Em 2019 os indicadores que apresentaram maior redução em comparação com o ano anterior foram:

1) Gasto com aquisição de água mineral em galões de 20 litros, com redução de 67% e consumo de água mineral em galões de 20 litros, com redução de 23%, devido à política de substituição de bebedouros por purificadores. Em 2019, oito purificadores de água foram instalados. Quanto à redução no gasto, além das considerações anteriores, houve uma redução no valor contratado do galão de 20 litros em relação ao anterior, que passou de R\$ 9,69, em 2018, para R\$3,97, em 2019.

2) Consumo de papel reciclado com redução de 46% e consumo *per capita* de papel reciclado com redução de 31%, devido à implementação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) que repele o uso do material devido à coloração que promove perda/obscuridade de informações no momento da digitalização de documentos.

3) Volume de água utilizado por área construída com redução de 18%.

Em contrapartida, os seguintes indicadores apresentaram aumento em comparação ao ano anterior:

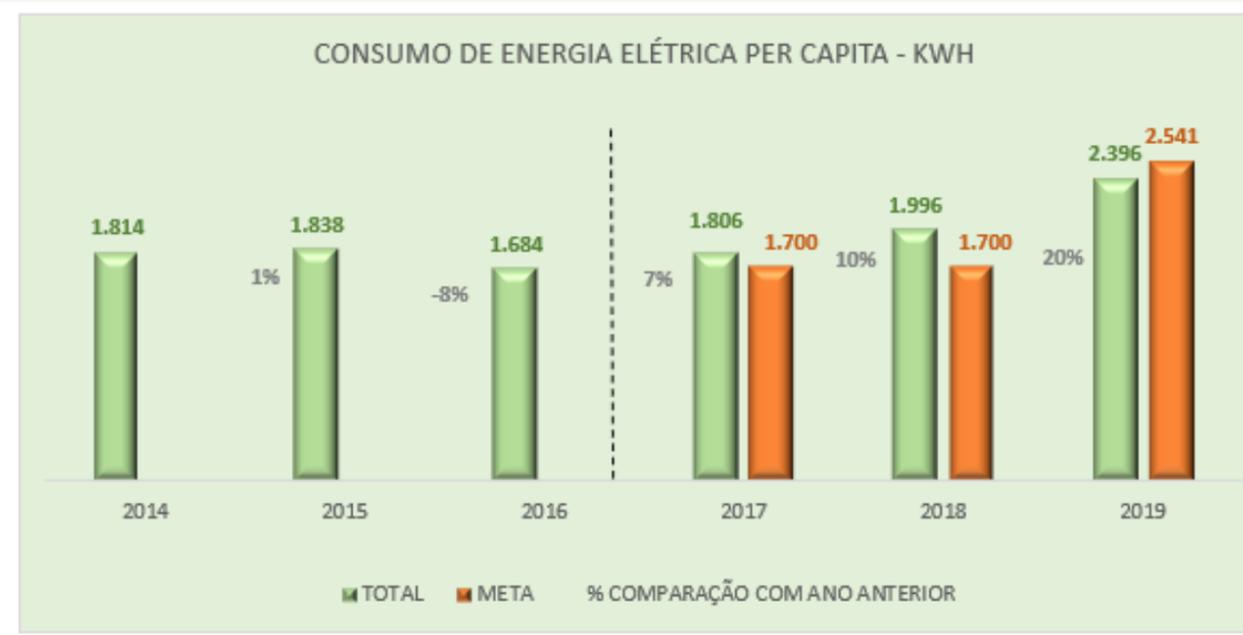
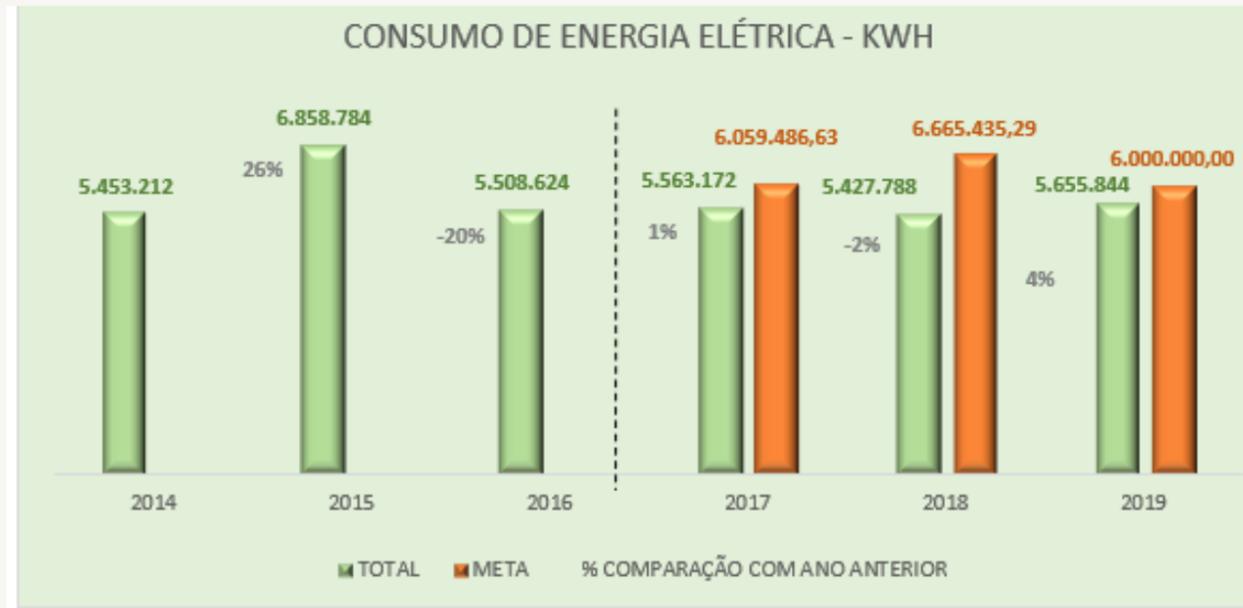
1) reutilização de água m<sup>3</sup>, com aumento de 58% devido à entrada em funcionamento do reservatório de aproveitamento de águas pluviais da Promotoria de Justiça de Brasília II em 2019;

2) consumo de energia *per capita*, com aumento de 20% devido a redução no quadro funcional;

3) gasto anual com energia elétrica, com aumento de 12%.

Em 2019, os indicadores de energia elétrica ficaram dentro das metas estabelecidas. Ente os fatores que contribuíram para este grupo de indicadores estão: o envio do histórico de consumo para as unidades destacando os períodos onde o consumo ficou acima do esperado; controle do horário de funcionamento do ar-condicionado das edificações da instituição; controle do horário de funcionamento da iluminação das edificações próprias; instalação de lâmpadas de *Light Emiting Diode* (LED), entre outras.

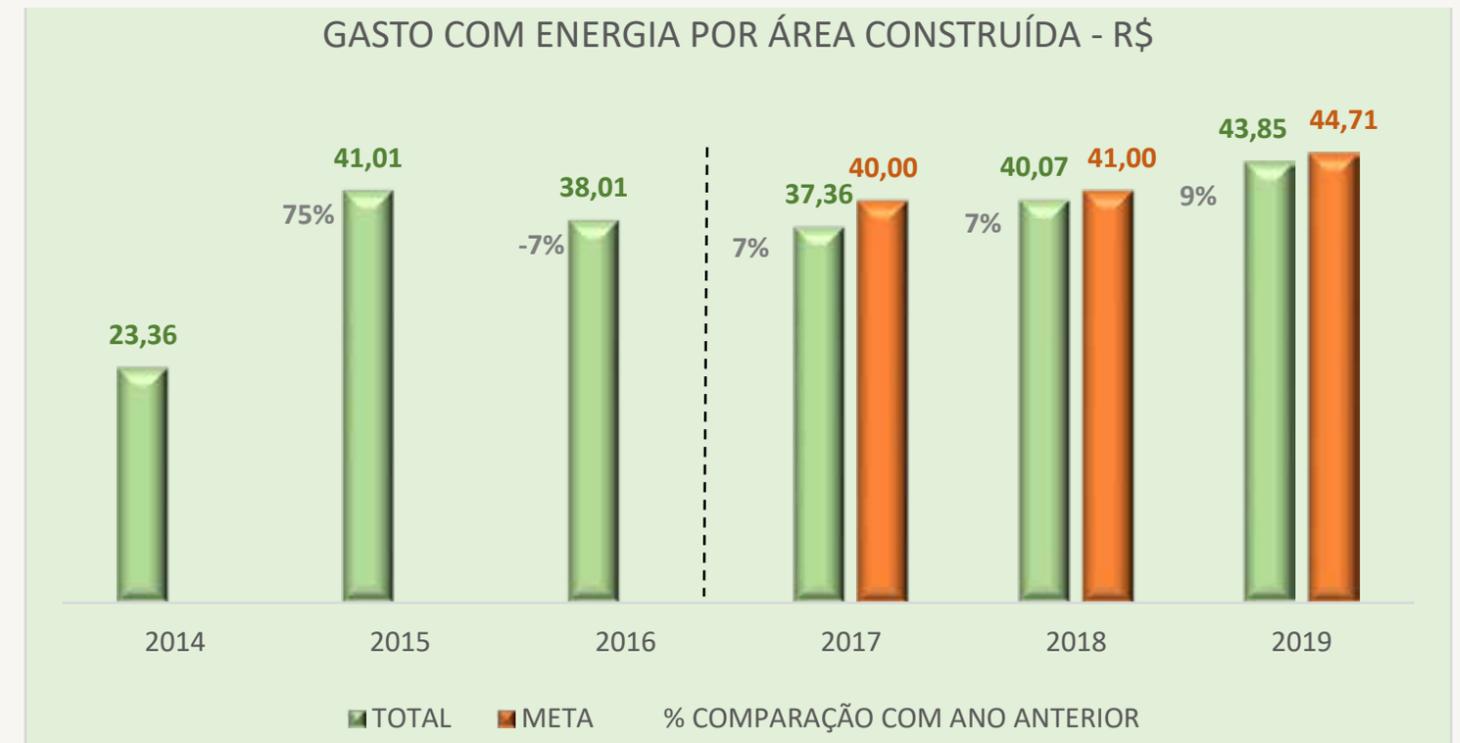
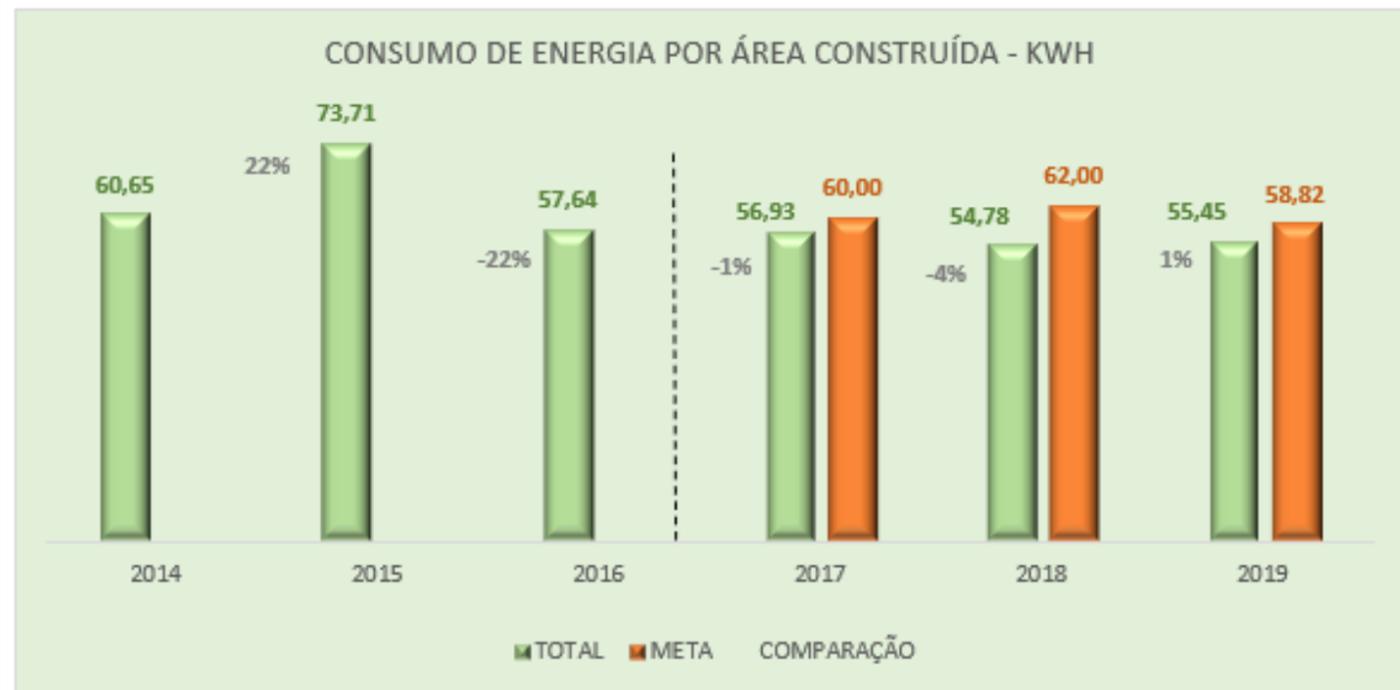
# Energia



Fonte: Secretaria de Projetos e Obras

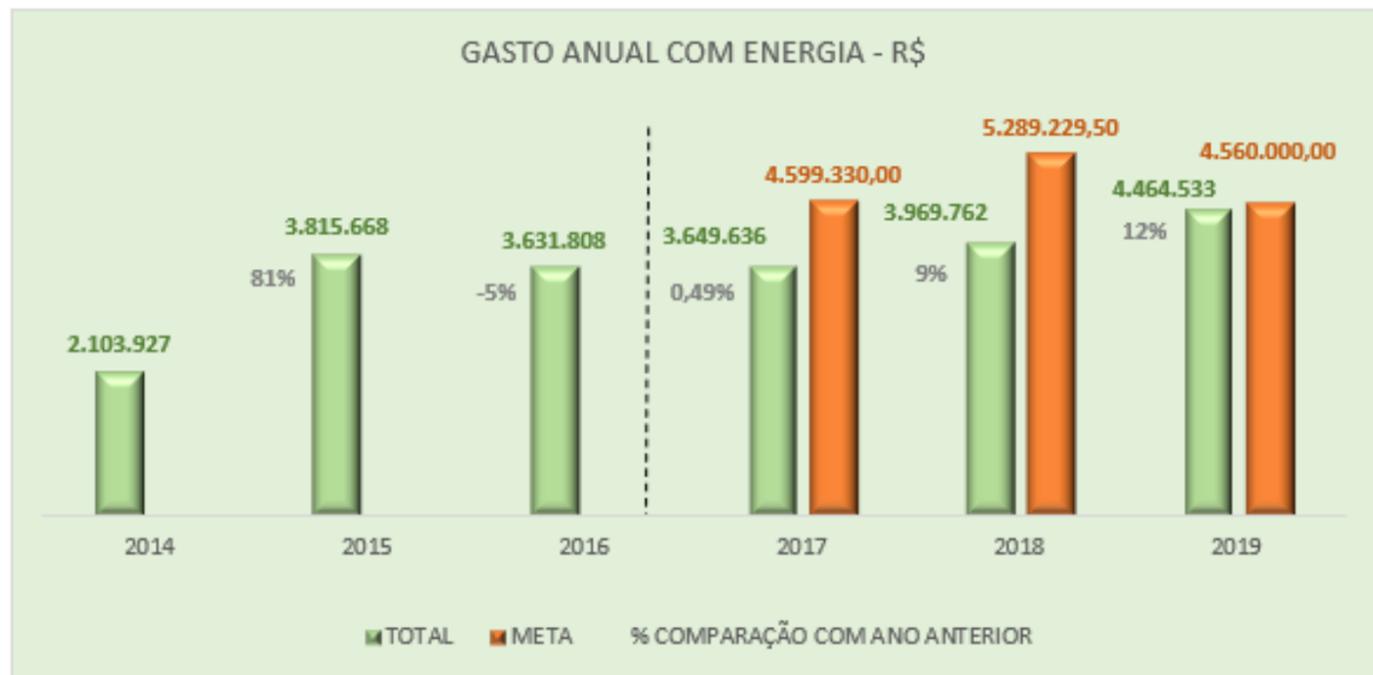
O aumento de 4,20% no consumo de energia elétrica era esperado para 2019. Entretanto este aumento no consumo de energia elétrica associado à redução no número de servidores acarretou o aumento de 20% no consumo *per capita*.





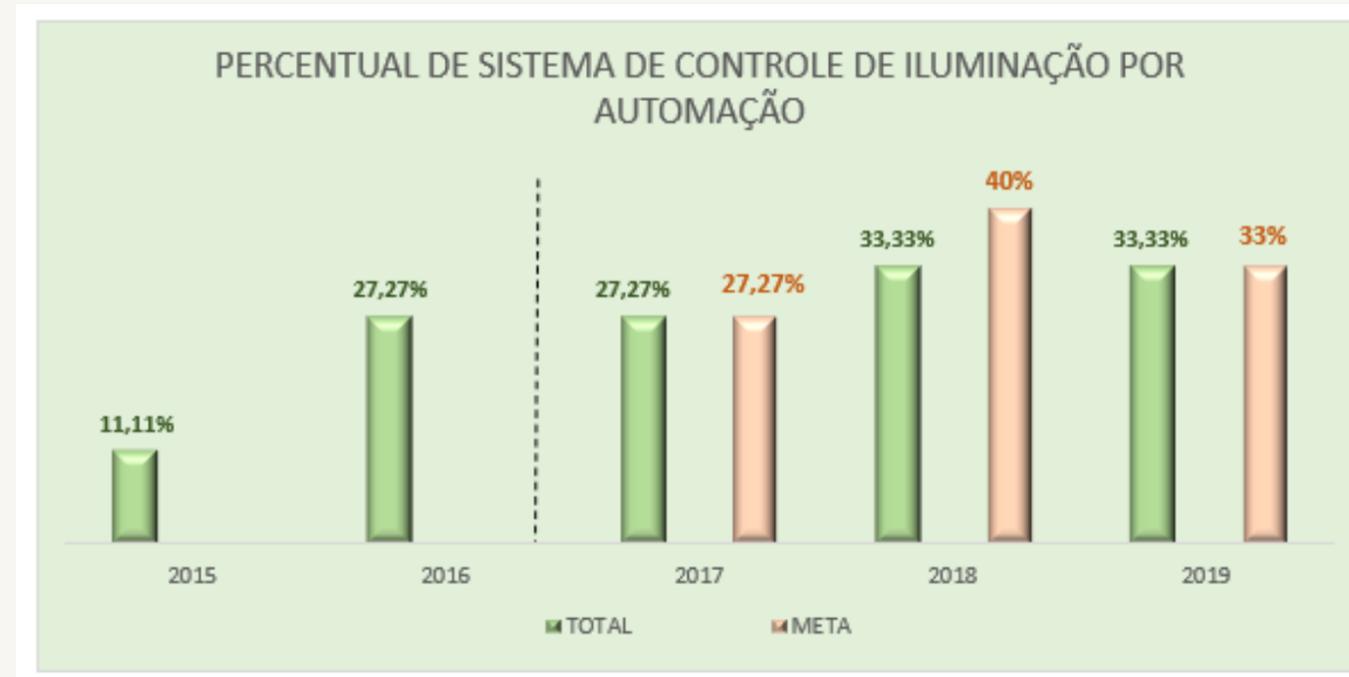
Retificação dos dados de 2018.

Fonte: Secretaria de Projetos e Obras



Fonte: Secretaria de Projetos e Obras

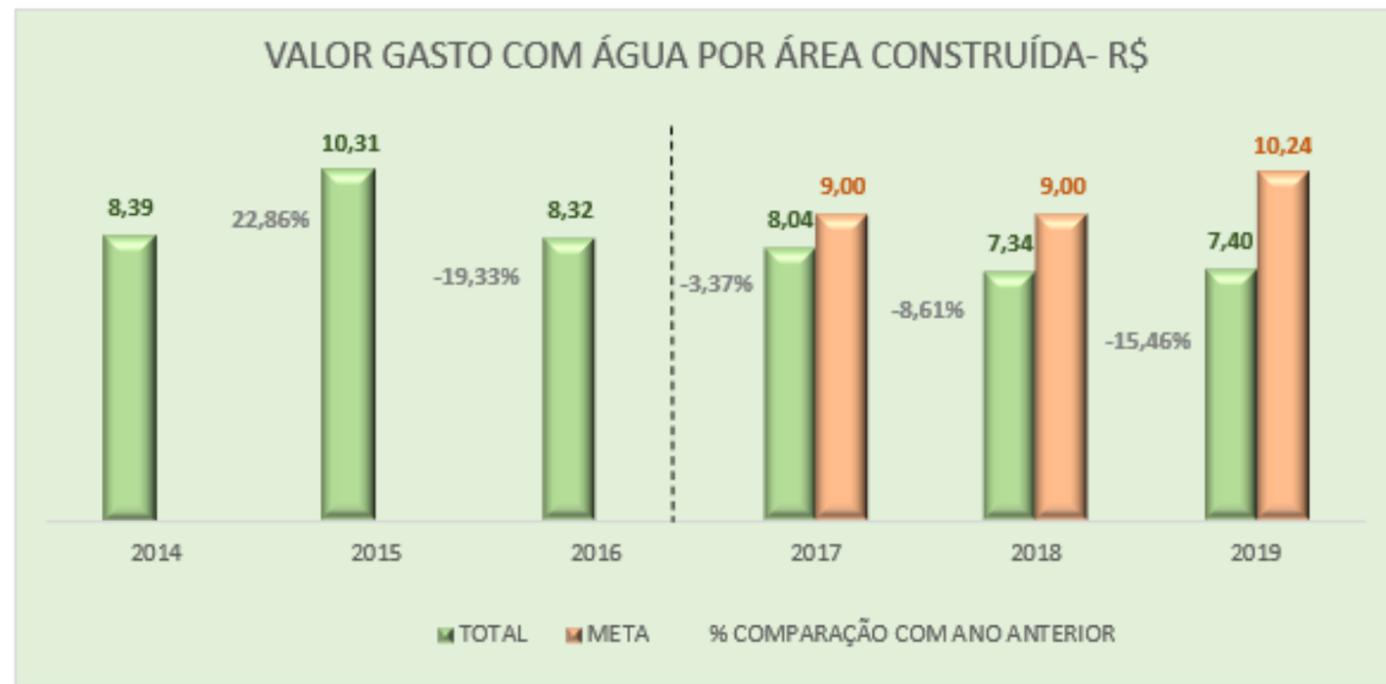




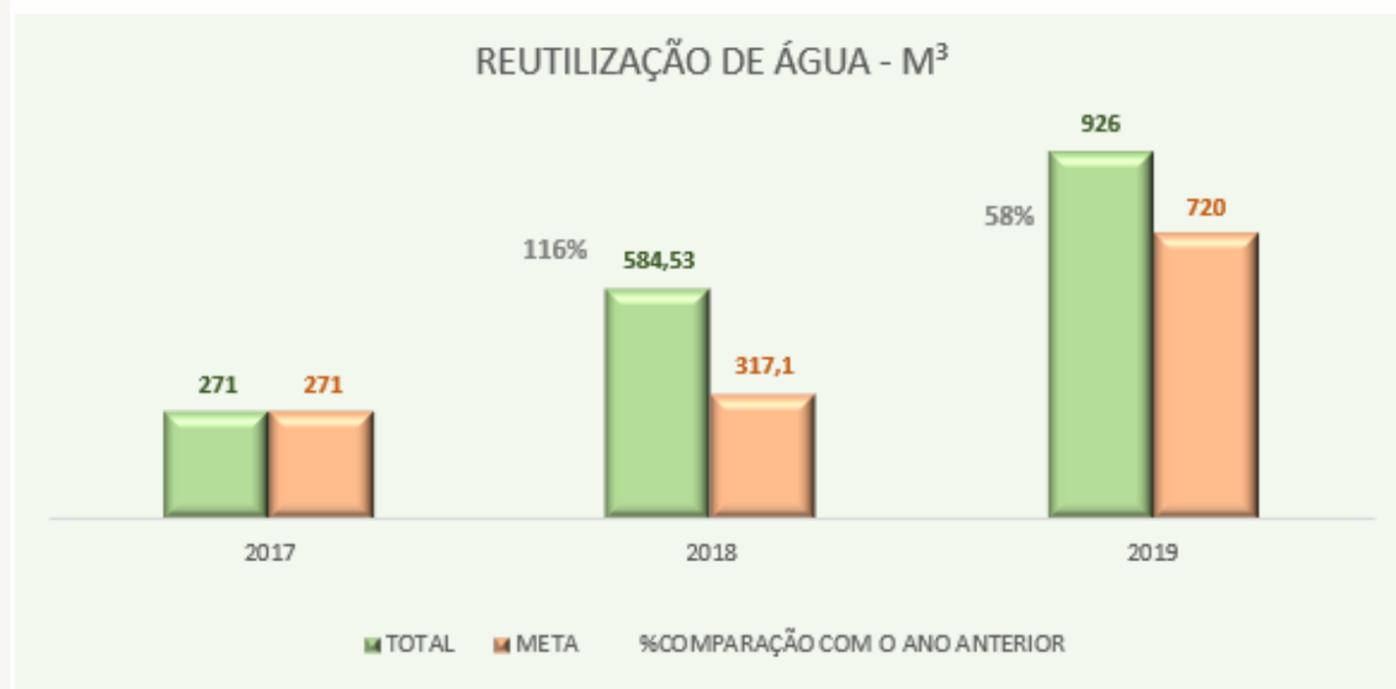
Fonte: Secretaria de Projetos e Obras







Fonte: Secretaria de Projetos e Obras



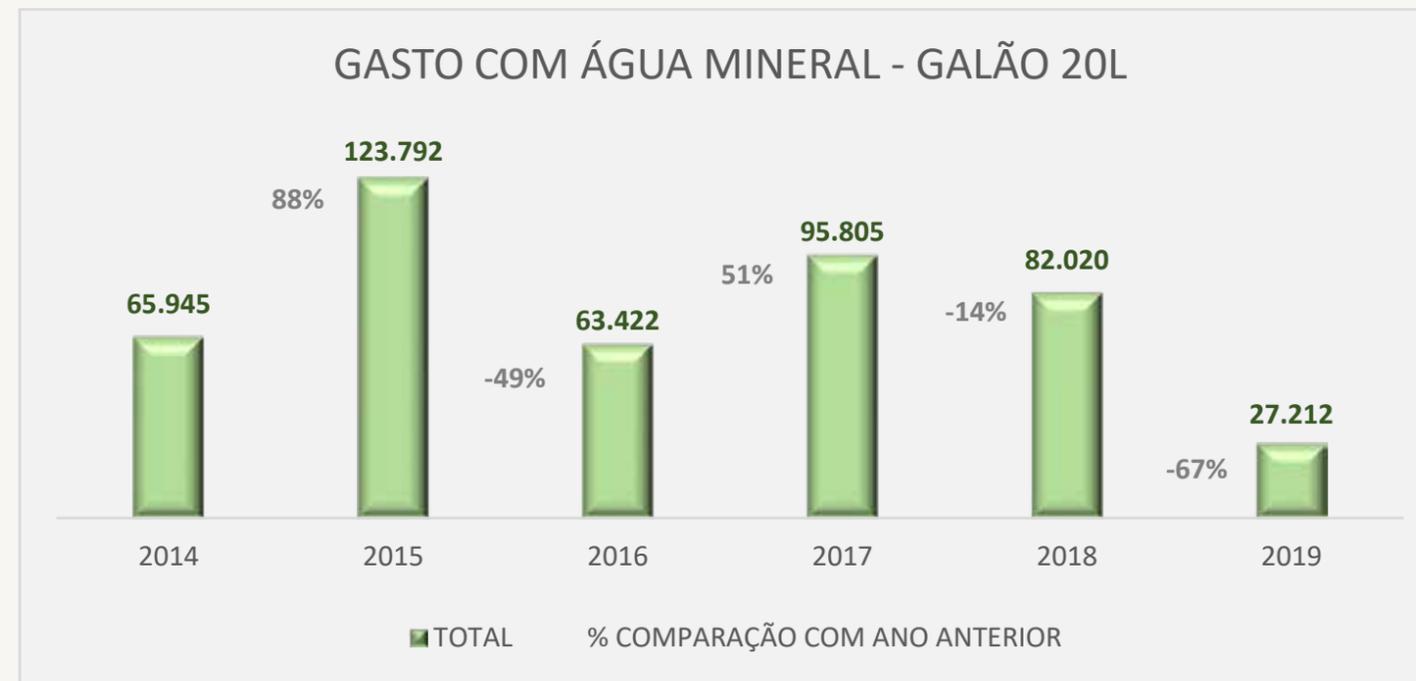
Fonte: Secretaria de Projetos e Obras

Em 2019 o reservatório de aproveitamento de água pluvial do edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II entrou em funcionamento.



Fonte: Secretaria de Administração





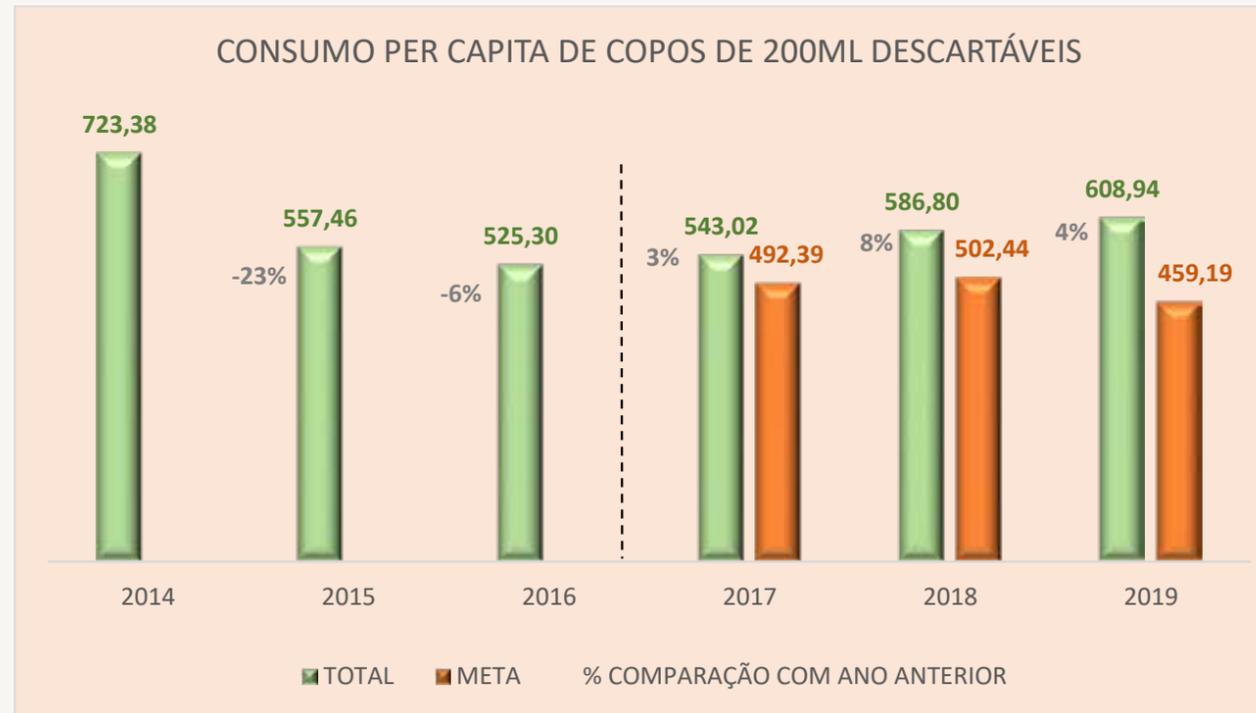
Fonte: Secretaria de Administração

A redução no consumo de galões de 20 litros ocorreu devida à instalação de oito purificadores de água nas promotorias. A redução no gasto foi devida à diferença contratual de aquisição dos galões, que passou de R\$ 9,69, em 2018, para R\$3,97 em 2019.





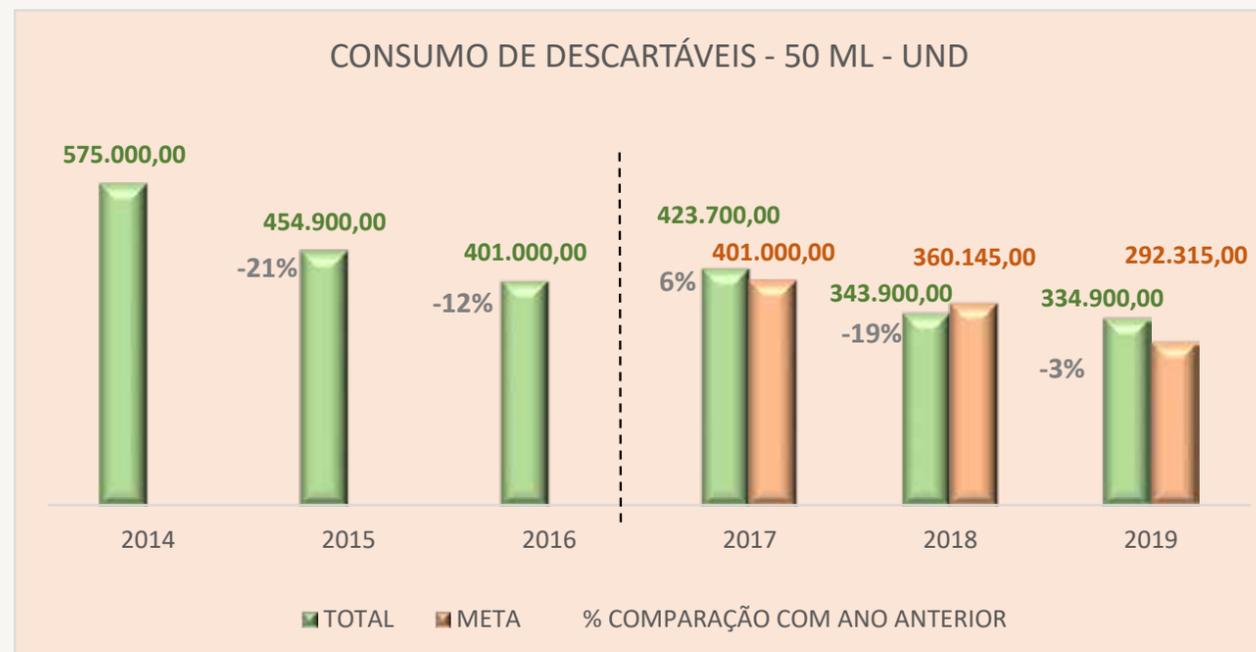
## Copos descartáveis



Dado de 2017 e 2018 retificados.

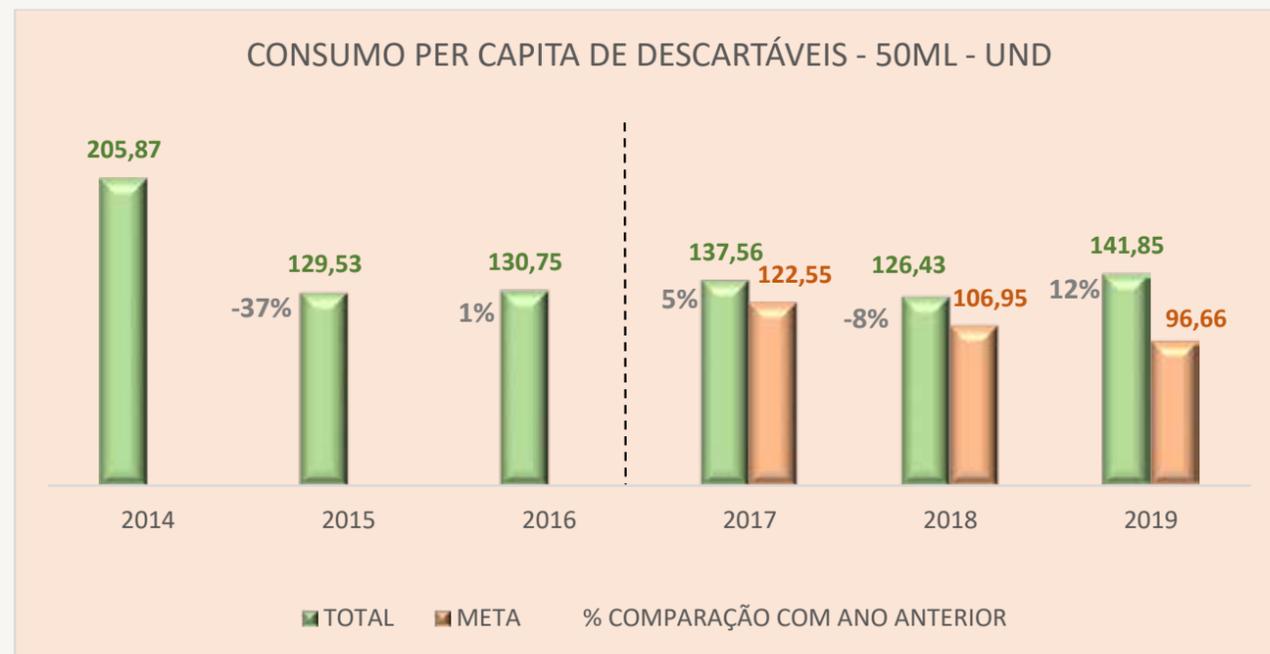
Fonte: Secretaria de Administração

Em 2019, houve redução no total de servidores da instituição em 13,20%, impactando a meta e consumo *per capita* do indicador.



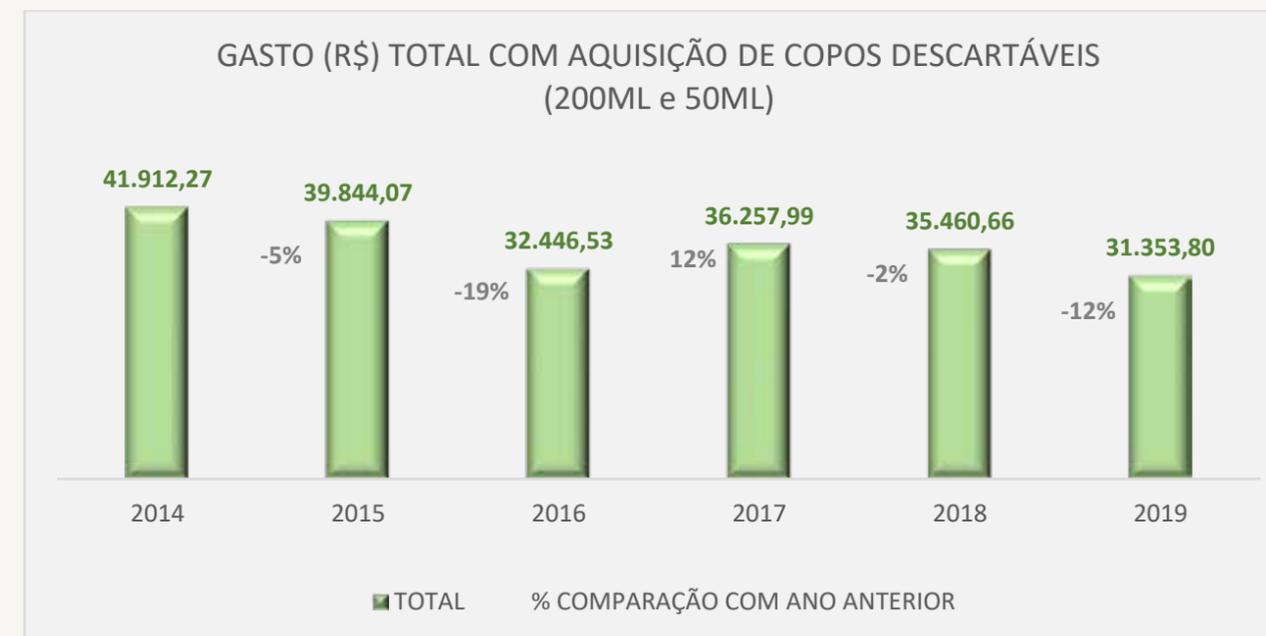
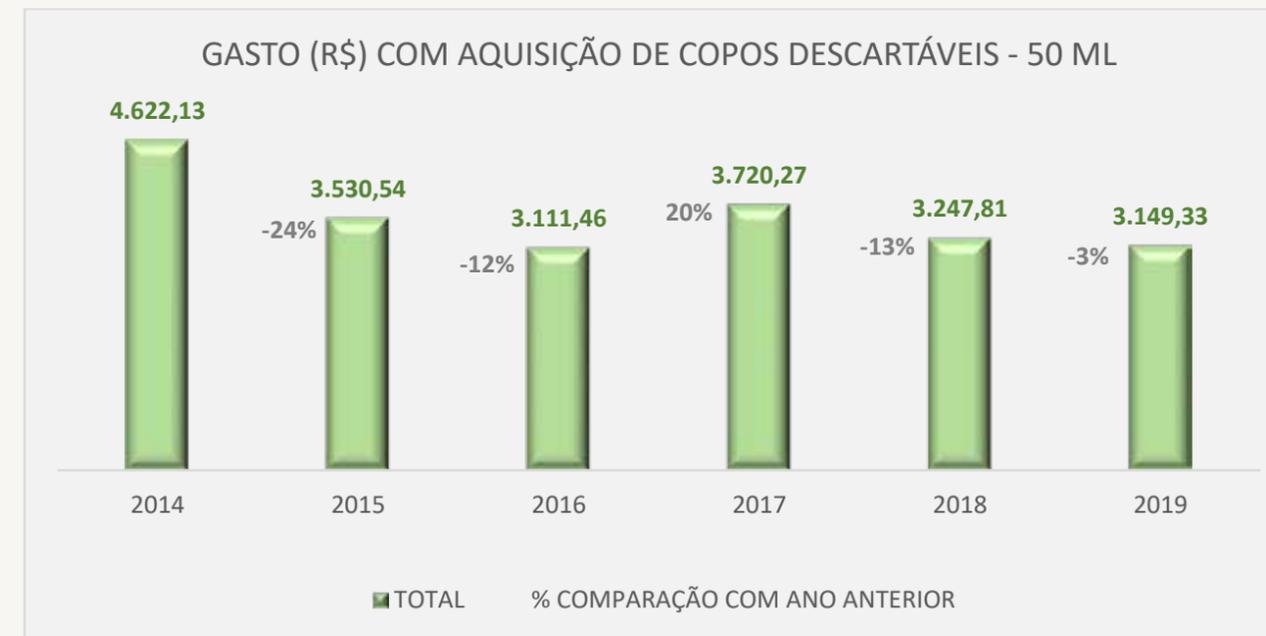
Fonte: Secretaria de Administração

Apesar de haver redução de 3% em relação ao ano anterior o indicador apresentou aumento de 15% em relação à meta.



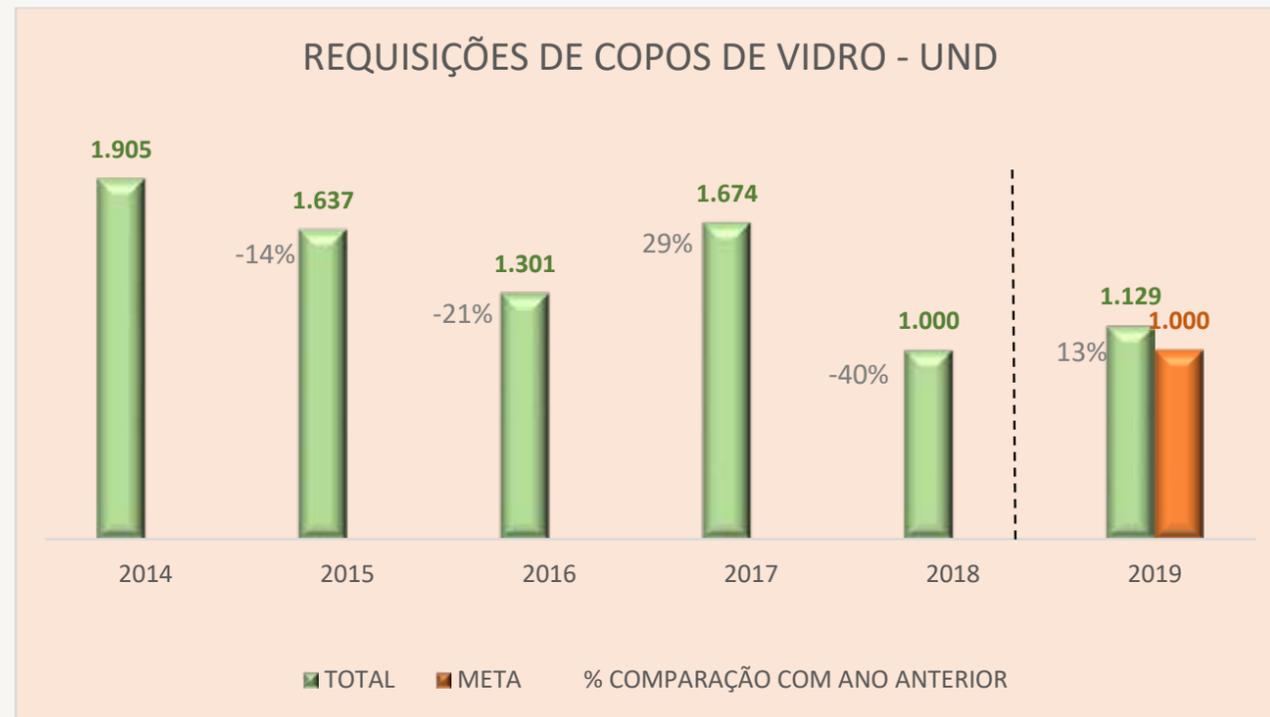
Dados de 2017 e 2018 retificados.

Em 2019, houve um aumento de 27% em relação à meta estabelecida devido à redução do quadro de funcionários em 13,20%.



Fonte: Secretaria de Administração





Fonte: Secretaria de Administração



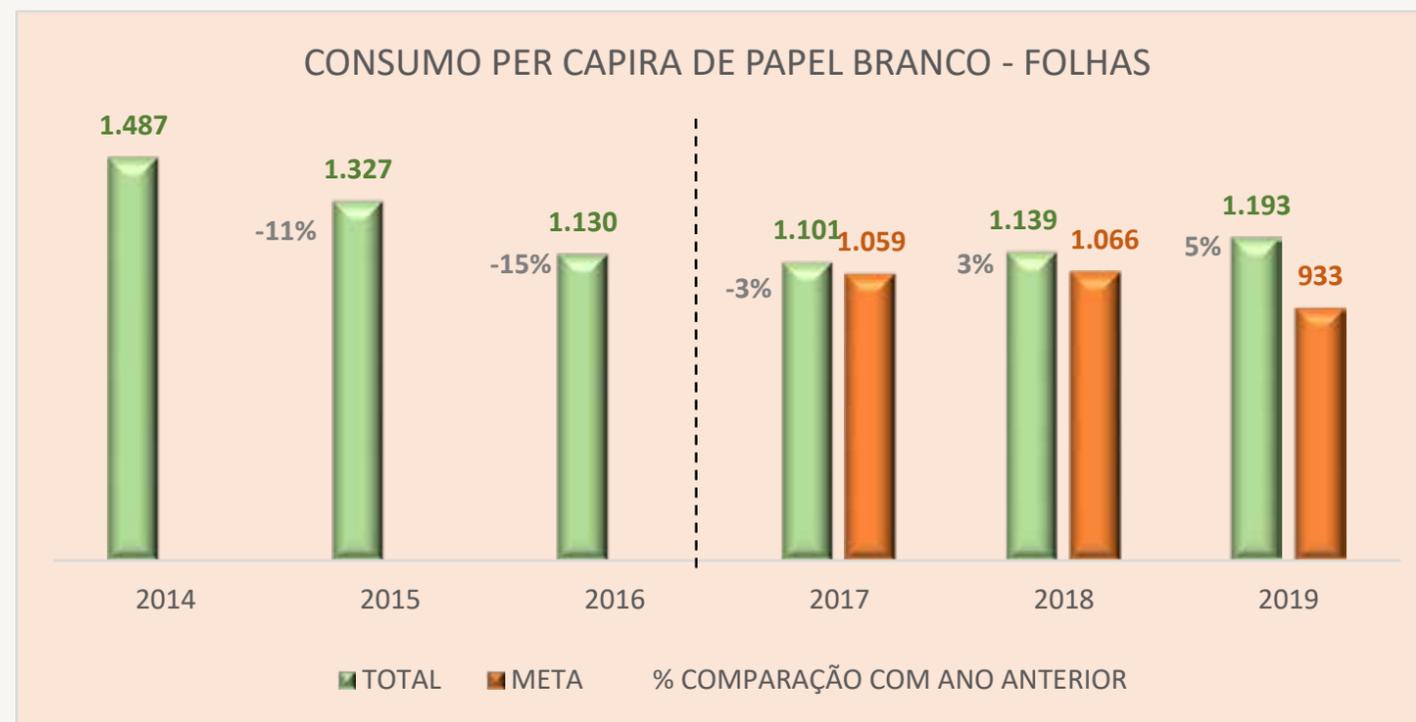
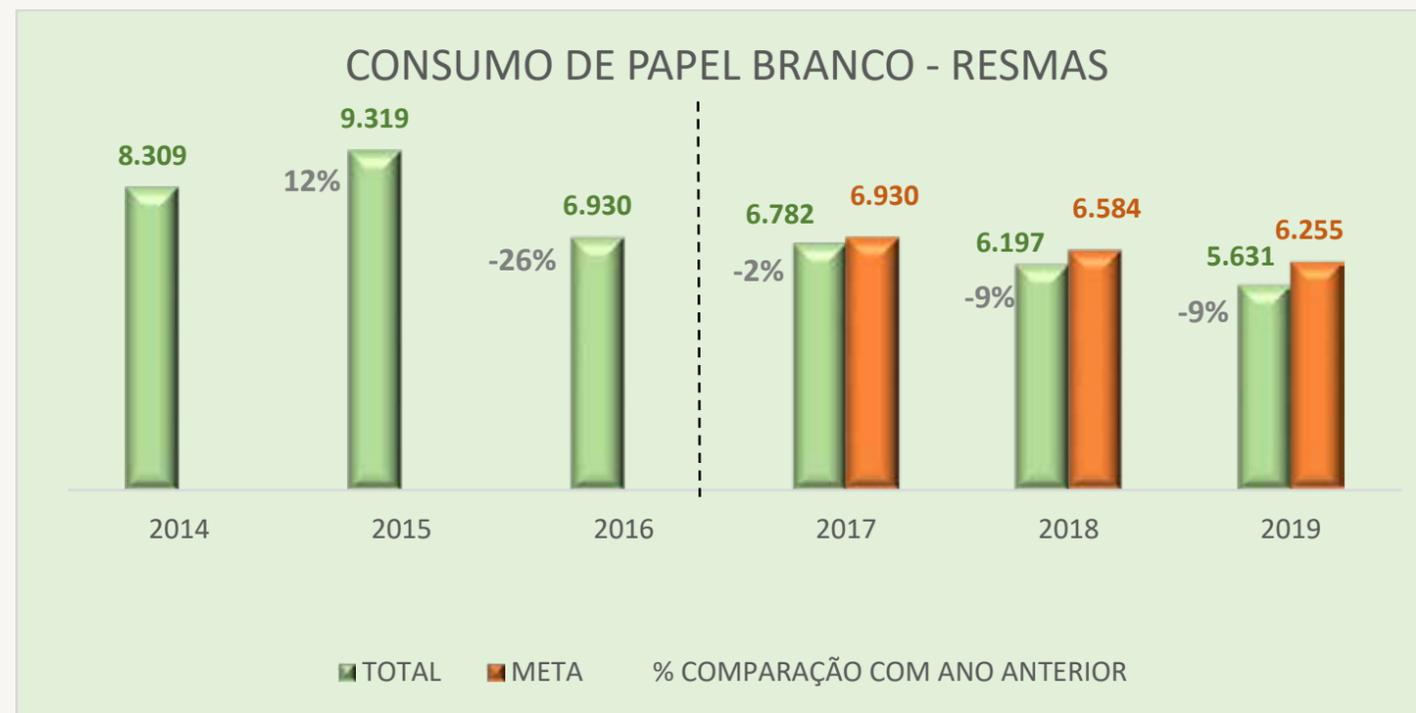
Fonte: Secretaria de Administração

\*\*Em 2019 houve um aumento de 8% no valor do copo de vidro, conforme média de preço gerada pelo sistema ASI, bem como aumento no consumo devido à requisição de 180 unidades para a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Ceilândia. Nesta promotoria os copos de vidro eram utilizados apenas por membros, diferentemente das outras unidades, justificando o aumento no gasto em mais de 20% em relação ao ano anterior e contribuindo, assim, para extrapolar a meta em mais de 20%.

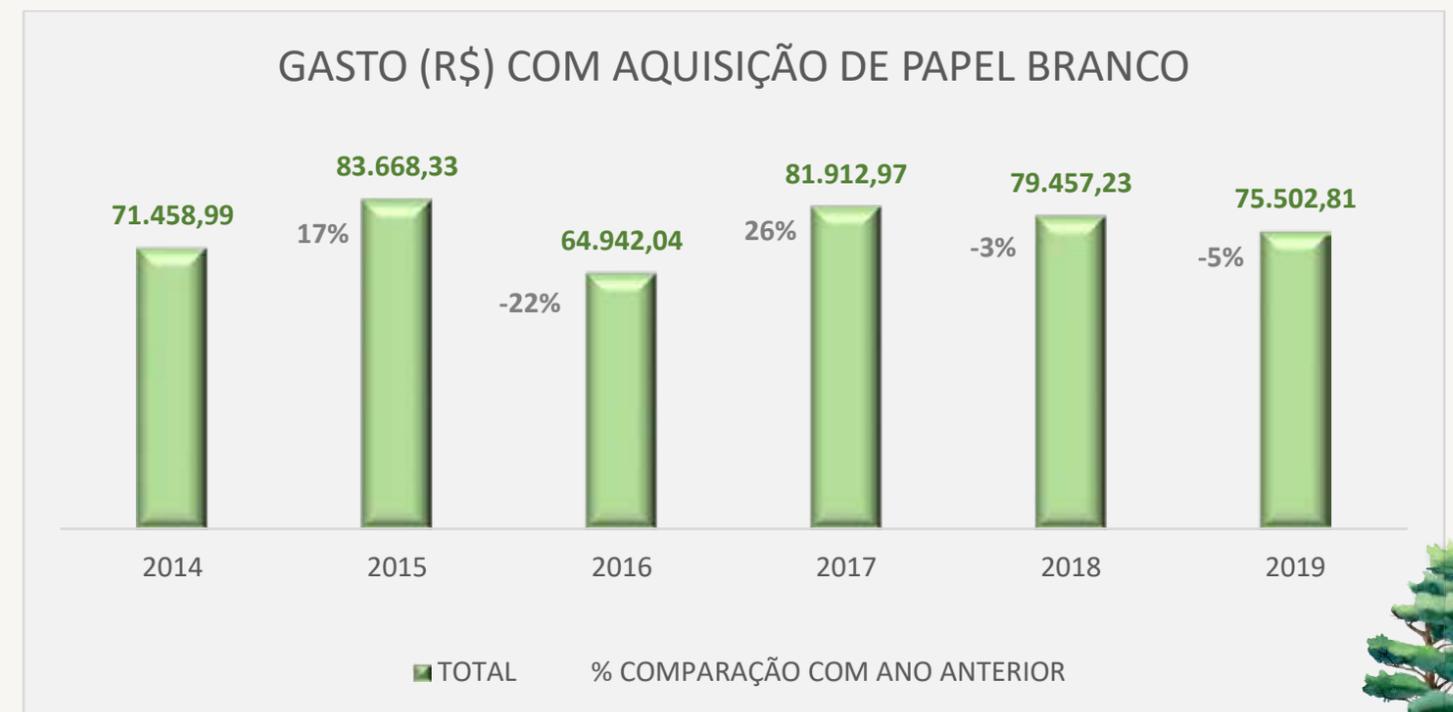
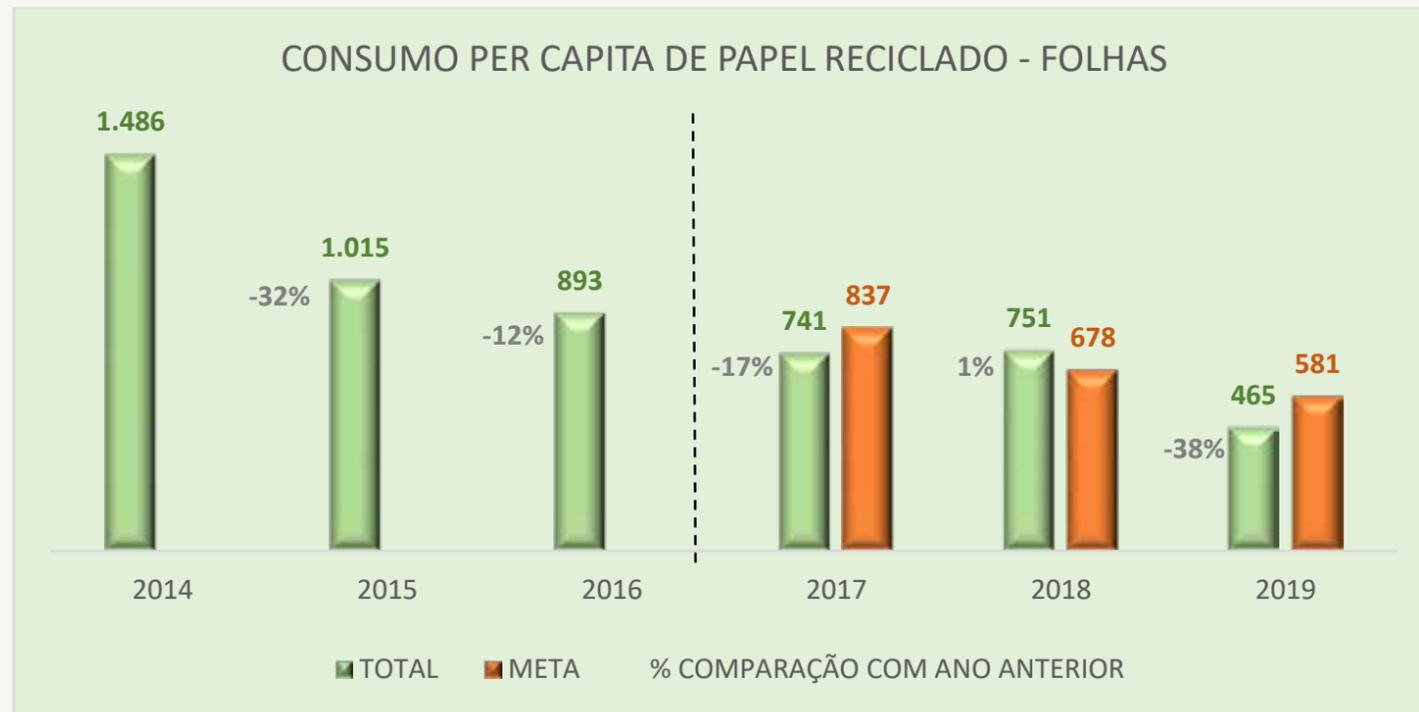
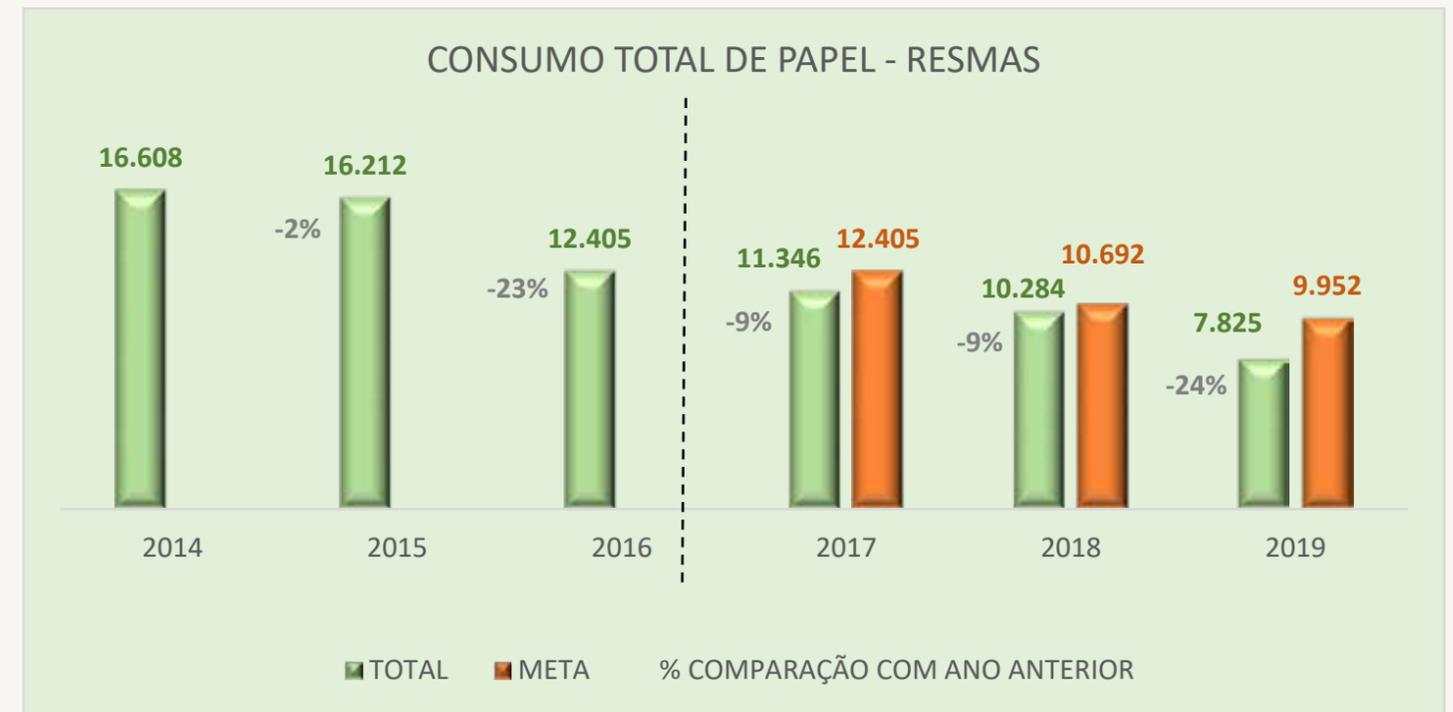
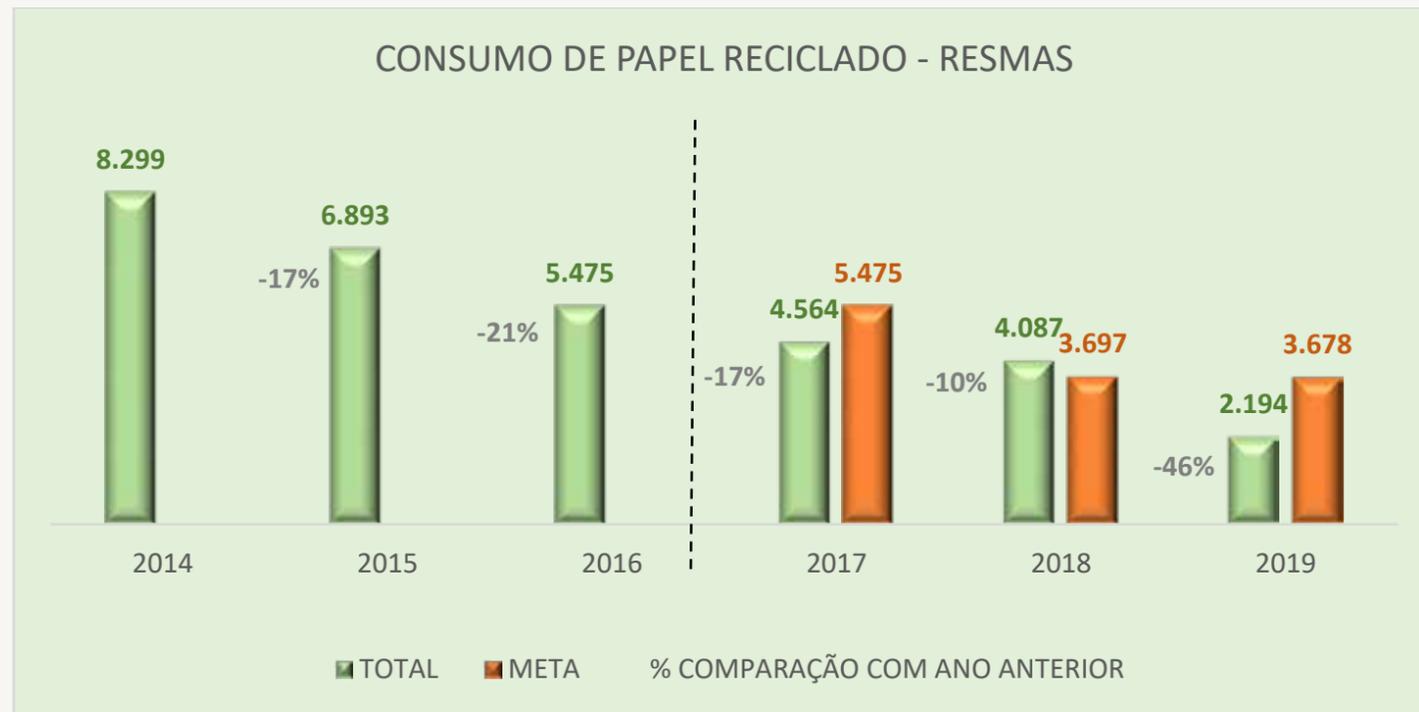




# Papel



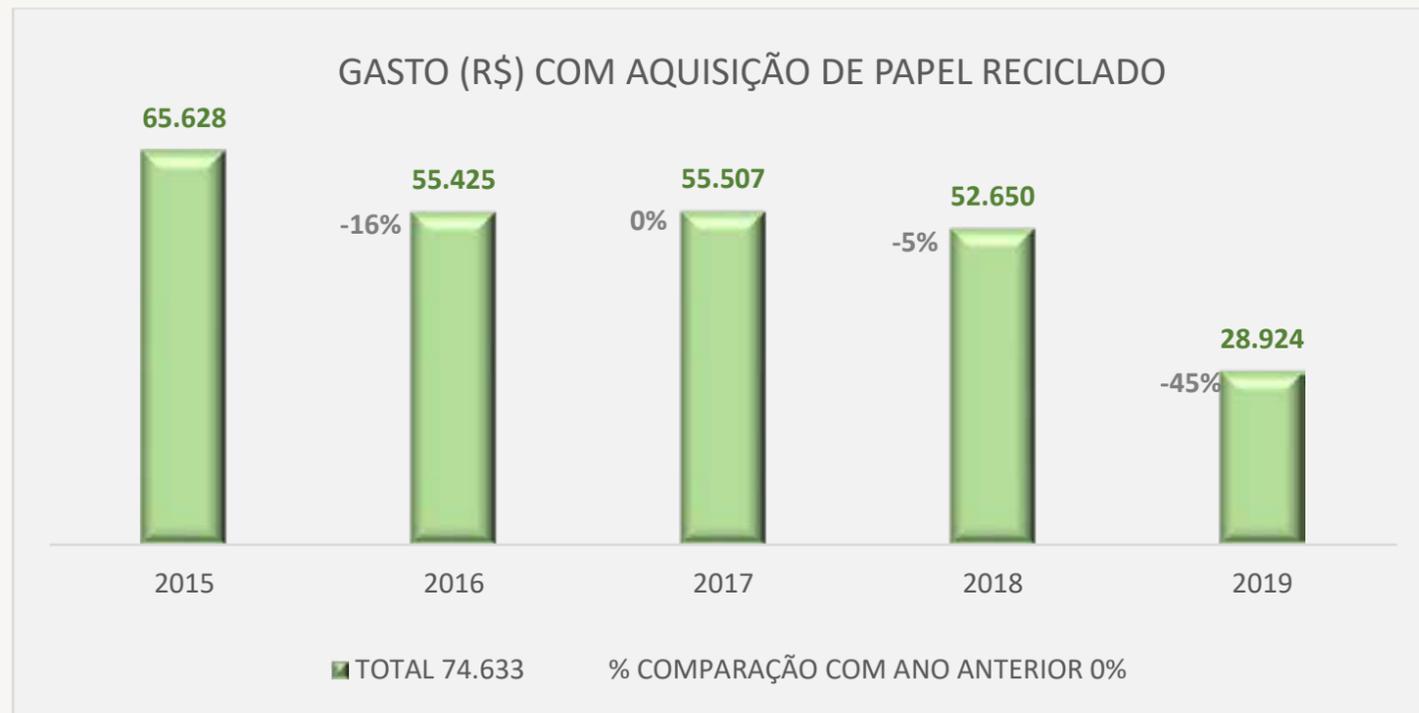
Em 2019, houve um pequeno aumento no consumo *per capita* de papel branco, associado à redução do quadro de funcionários em 13,20%, impactando a meta do indicador em 28% em relação à meta estabelecida.



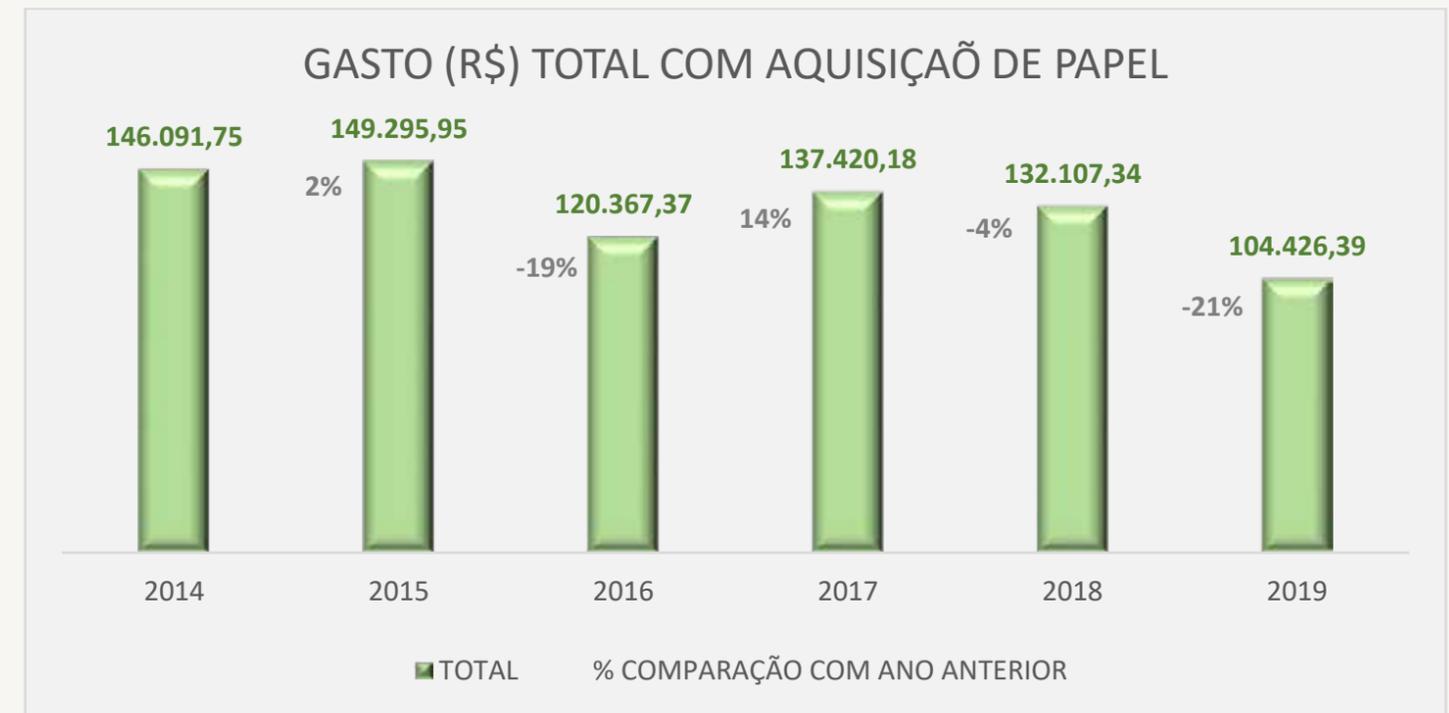
Fonte: Secretaria de Administração

Fonte: Secretaria de Administração





Fonte: Secretaria de Administração



Fonte: Secretaria de Administração

Os indicadores referentes ao consumo de papel apresentaram reduções significativas no consumo e no valor de aquisição. Muito se deve à crescente utilização de sistemas eletrônicos de elaboração de documentos, como o *Tabularium*, em âmbito administrativo, e de trâmite dos processos judiciais, como o Processo Judicial Eletrônico (PJe), bem como à mudança da cultura de impressão de documentos pelos servidores.





## *Deslocamento de Servidores*



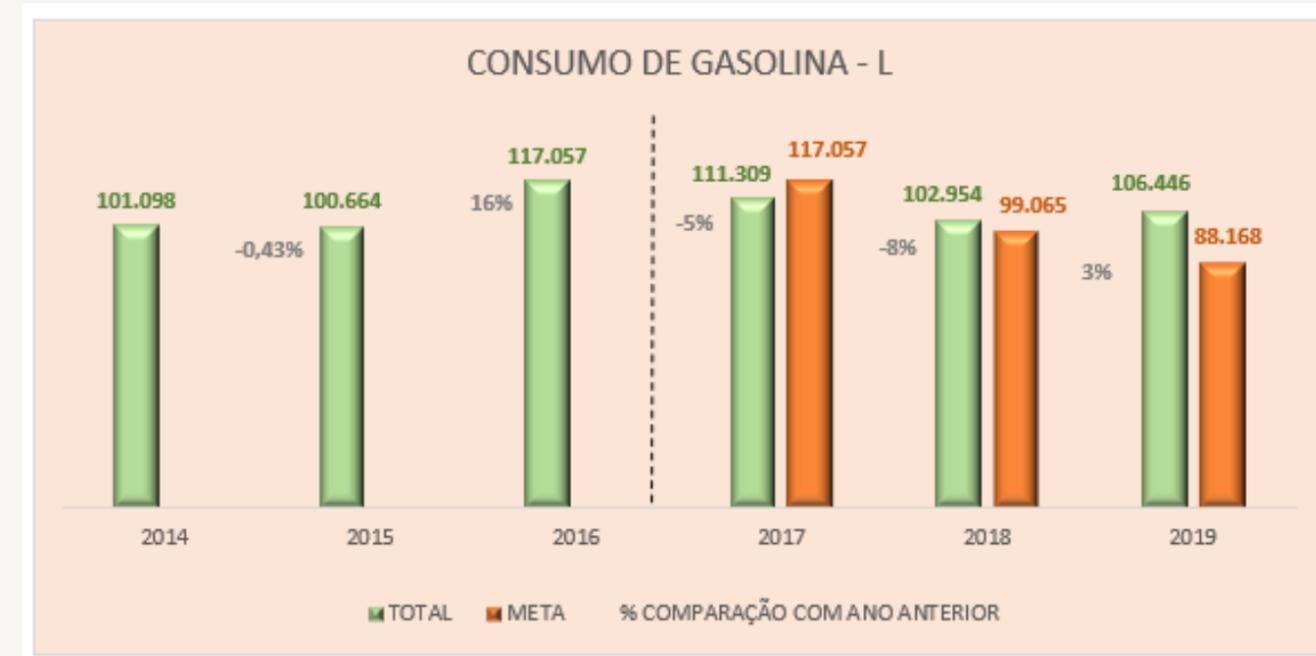
Fonte: Secretaria-Geral



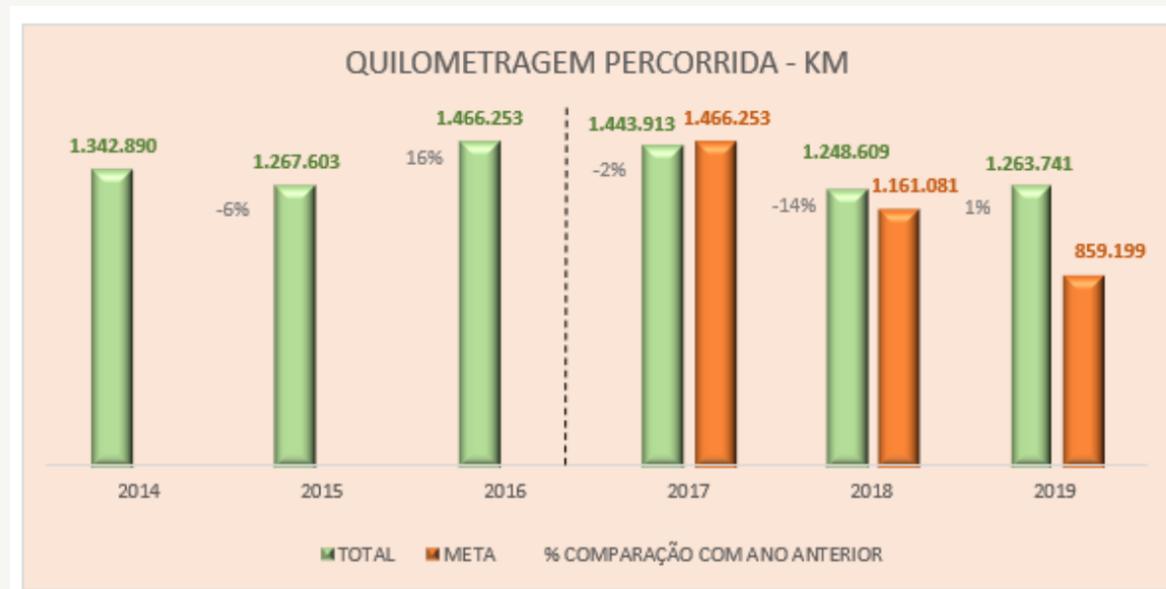
Fonte: Secretaria-Geral



Fonte: Secretaria-Geral



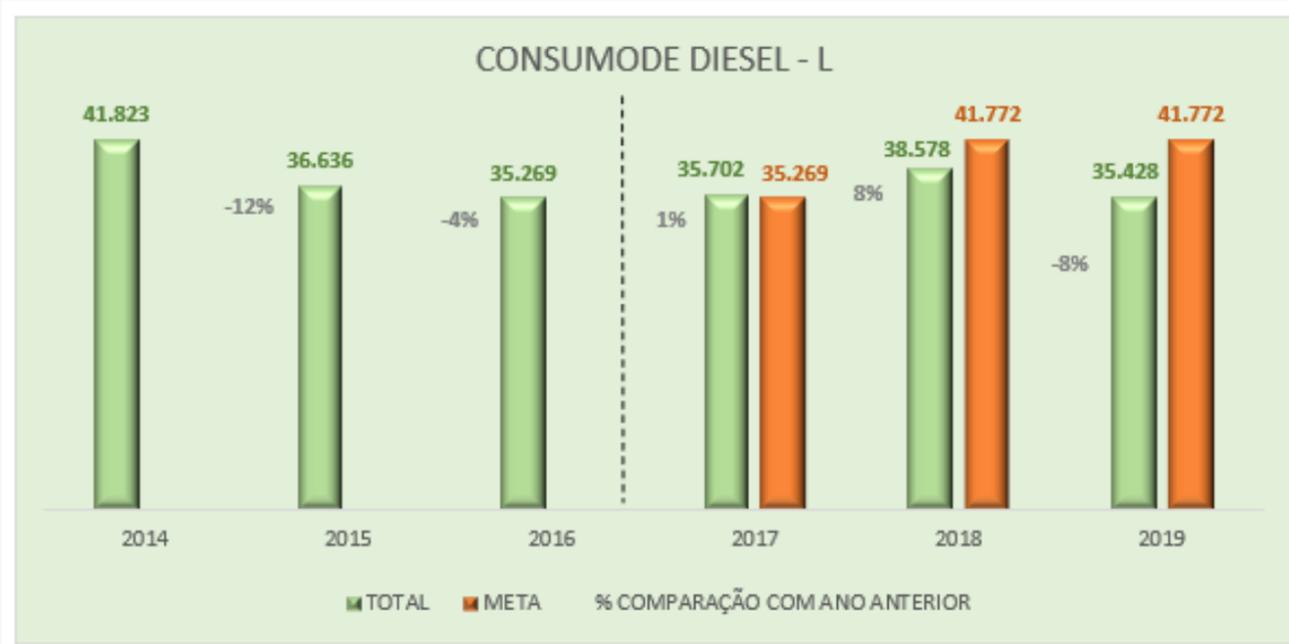
Fonte: Secretaria de Administração



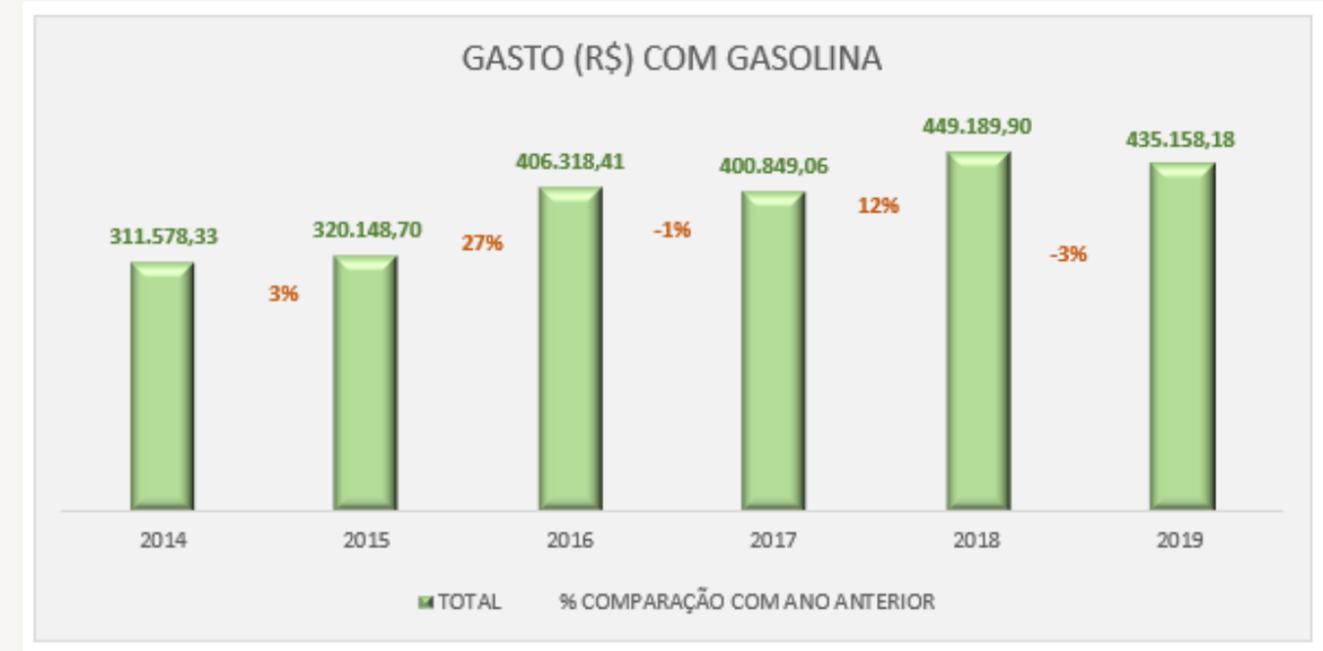
Fonte: Secretaria de Administração

A utilização dos veículos é gerida pelas Coordenadorias e demais unidades da instituição de acordo com a demanda, que pode aumentar ou diminuir em razão de diligências, audiências, eventos, entre outros. O programa Record nas Cidades, por exemplo, conta com a participação do MPDFT desde março de 2019.





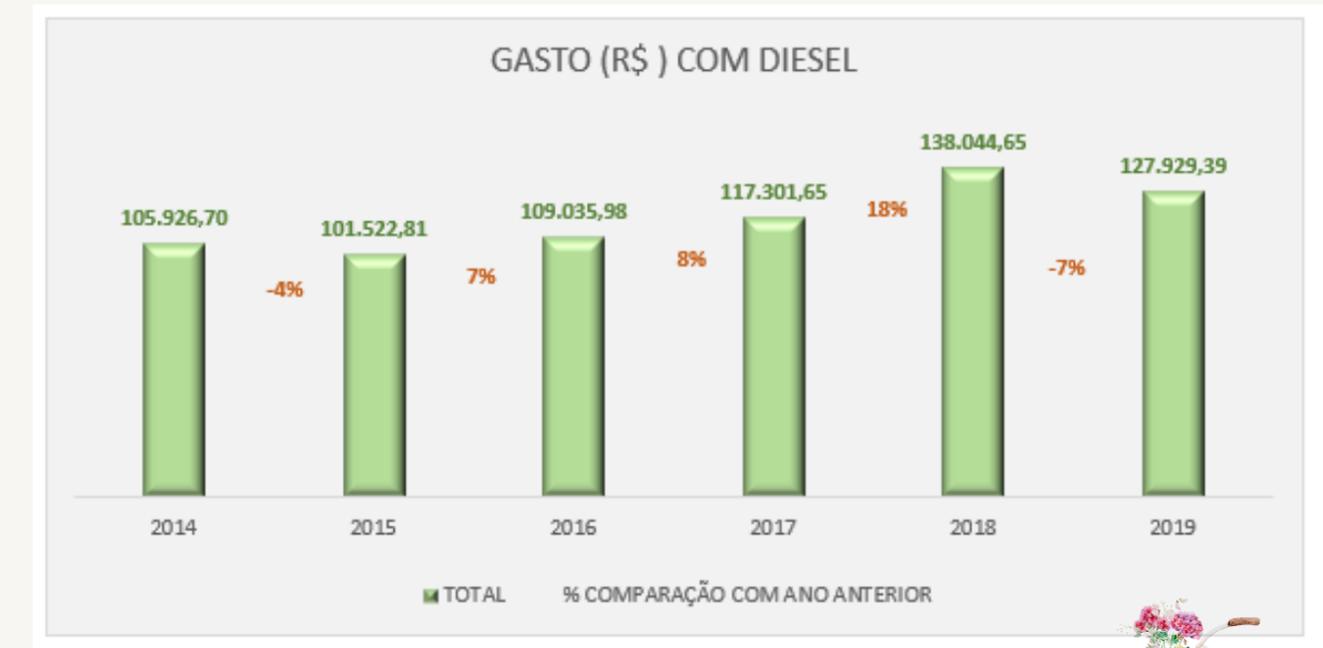
Fonte: Secretaria de Administração



Fonte: Secretaria de Administração



Fonte: Secretaria de Administração



Fonte: Secretaria de Administração

Não houve consumo de álcool no período de 2017 a 2019.





Fonte: Secretaria de Administração

ANO	TOTAL
2014	0
2015	22
2016	0
2017	0
2018	9
2019	0

Fonte: Secretaria de Administração



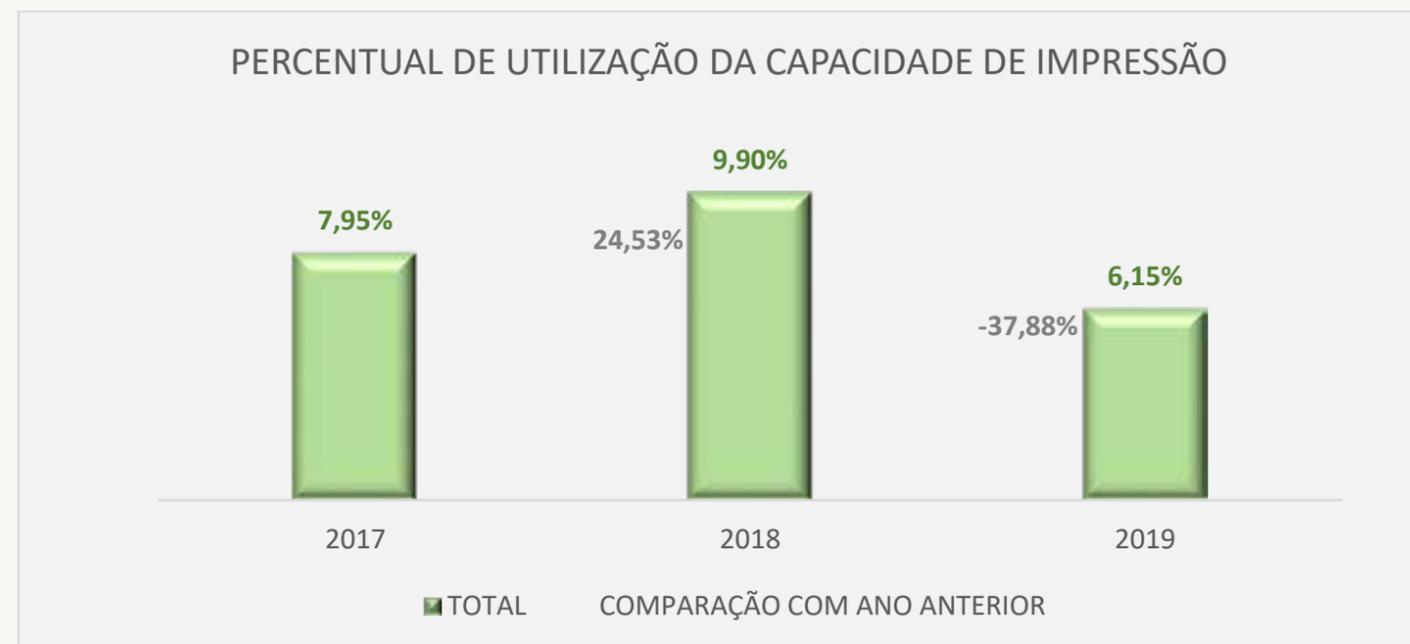
Fonte: Secretaria de Administração

Em 2014 a instituição gastou R\$830,04 com o consumo de álcool. Em 2015 o gasto foi de R\$427,50 e de R\$ 97,17 em 2016. No período entre 2017 a 2019, não houve consumo de álcool.





## Informática



Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação

De acordo com área de informática, a aquisição de 201 impressoras em 2019 permitiu ampliar a capacidade de impressão, reduzindo o percentual de utilização da capacidade de impressão.



## *2. Gestão adequada dos resíduos gerados*

O MPDFT se preocupa com a sustentabilidade de suas ações e do meio ambiente e, nesse sentido, promove ações que visam conscientizar servidores, membros, terceirizados, voluntários e estagiários quanto ao descarte adequado dos materiais gerados pela instituição. Além disso, fomenta a política dos 5Rs – recusar, repensar, reduzir, reutilizar e reciclar, contribuindo, assim, com a redução do consumo e evitando desperdícios.

Em 2018, o MPDFT publicou o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS), que visa contribuir para um maior controle do gerenciamento de resíduos sólidos gerados na instituição. Ele traz um conjunto de ações para o manejo adequado dos resíduos gerados.

Em 2019 os indicadores que apresentaram maior redução em comparação ao ano anterior foram:

1) Descarte de pilhas e baterias, com redução de 93%, pois, em 2018, a instituição auxiliou um cidadão no descarte adequado de 300kg pilhas, reduzindo o percentual em 2019.

2) Quantidade de plástico destinado à reciclagem, com redução de 67%. Ao longo do ano, nas vistorias realizadas nos contêineres de material reciclado, pôde-se perceber um aumento na mistura dos resíduos, comprometendo tanto a pesagem correta desse material e da sua destinação final adequada. Visando resolver o problema, o Ceges está programando ações de capacitação em educação ambiental para terceirizados envolvidos na coleta dos resíduos recicláveis e servidores da instituição.

Por outro lado, os indicadores que apresentaram maior aumento foram:

1) Quantidade de papel destinado à reciclagem

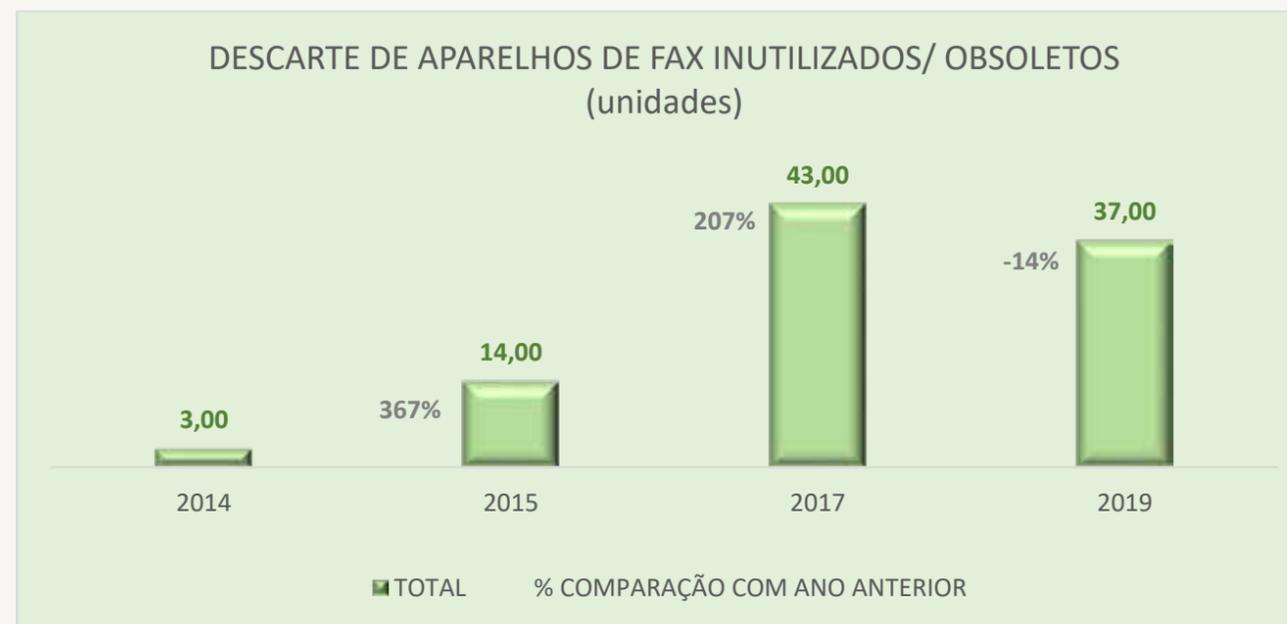
pela CDI, com aumento de 34%, em razão da entrada em vigor do Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade, que destinou mais de duas mil caixas-arquivo para a reciclagem.

2) Quantidade de bombonas destinadas à descontaminação, com acréscimo de 34% devido ao aumento do número de cirurgias realizadas pela equipe de odontologia.

3) Documentos gerados no sistema *Tabularium*, com aumento de 18%.



## Reciclagem

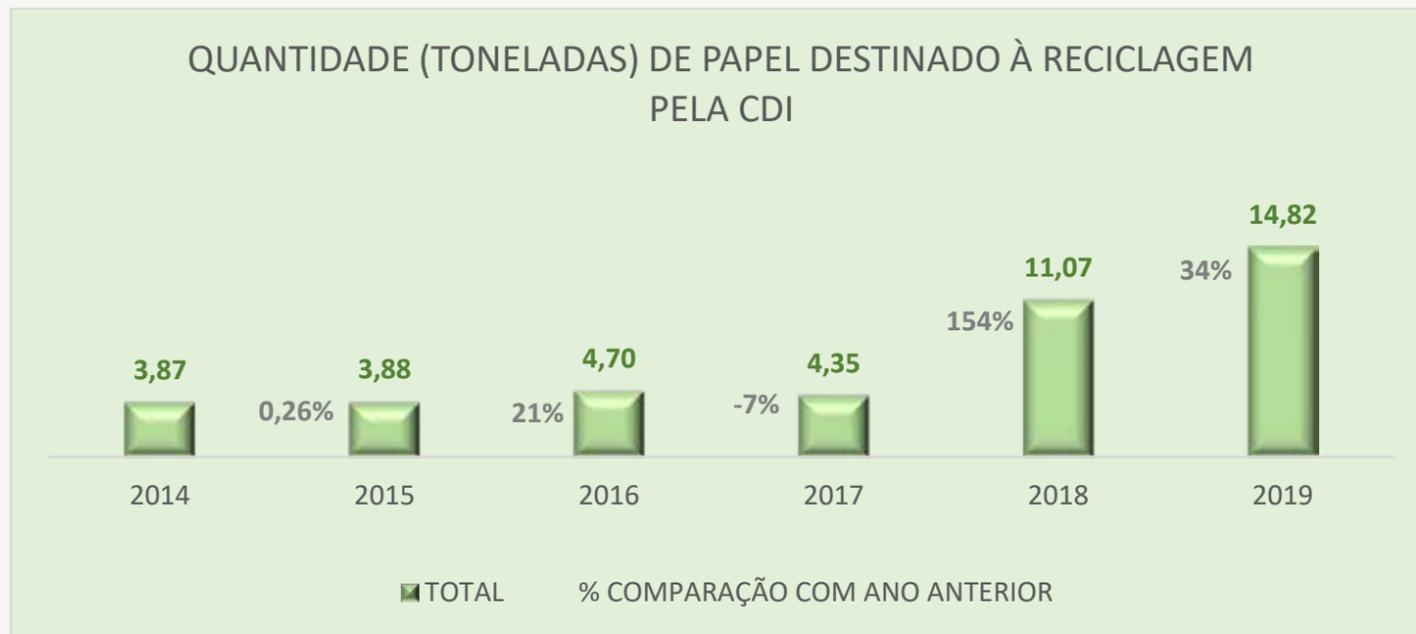


Fonte: Secretaria de Administração

Em 2016 e 2018 não houve descarte de fax. A comparação de 2017 e de 2019 foi realizada com base nos anos de 2015 e de 2017, respectivamente

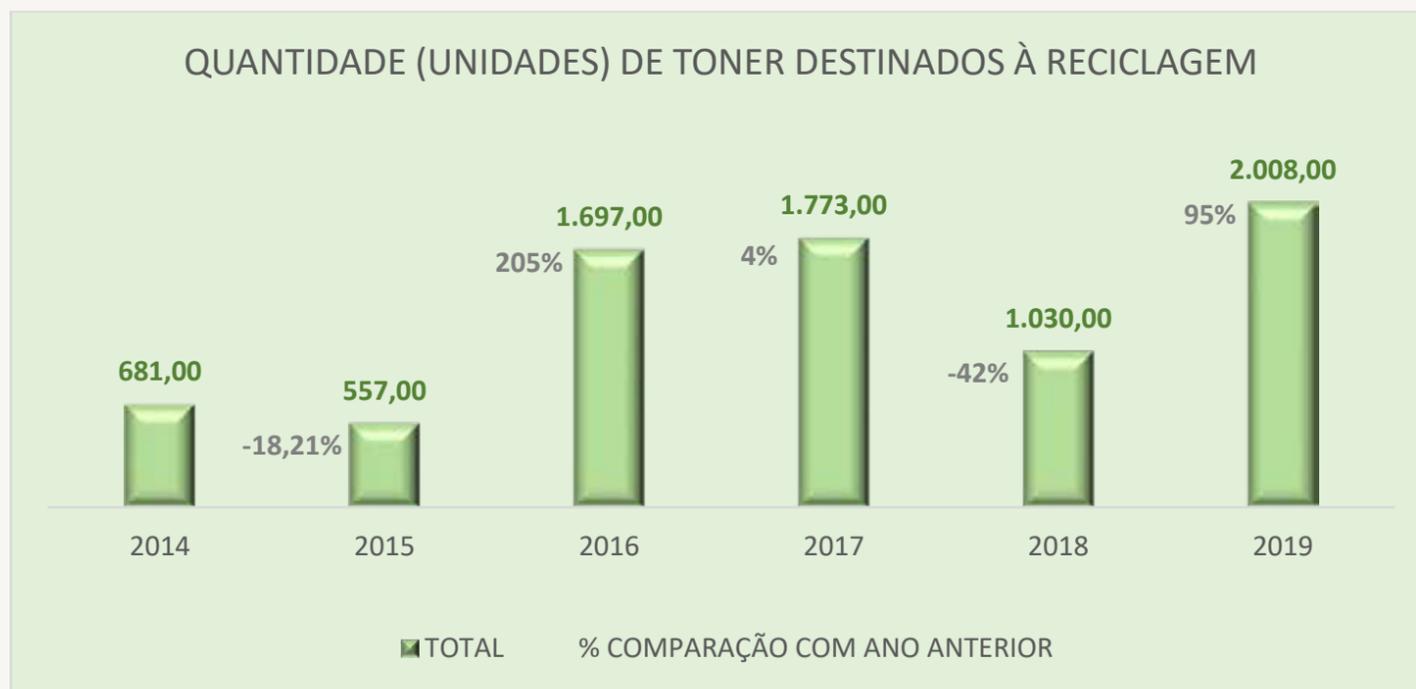


Fonte: Serviço de Gestão Sustentável



Fonte: Coordenadoria de Documentação e Informação

Em 2019 foram implementados os instrumentos arquivísticos da atividade-fim (Plano de Classificação e Tabela de Temporalidade) aprovados pela Portaria Normativa PGJ nº 582, em outubro de 2018, resultando na eliminação de 1557 caixas-arquivo de documentos da atividade-fim. Esse montante foi somado a 725 caixas-arquivo de documentos da atividade-meio.



Fonte: Secretaria de Administração

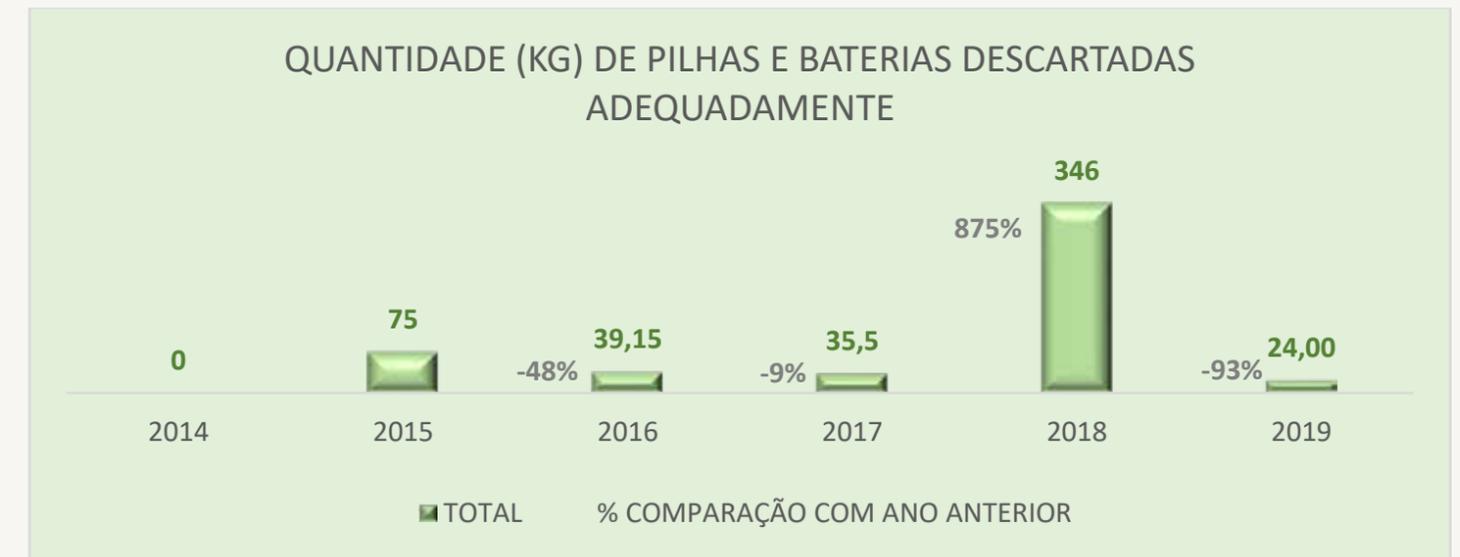


Fonte: Centro de Gestão Sustentável

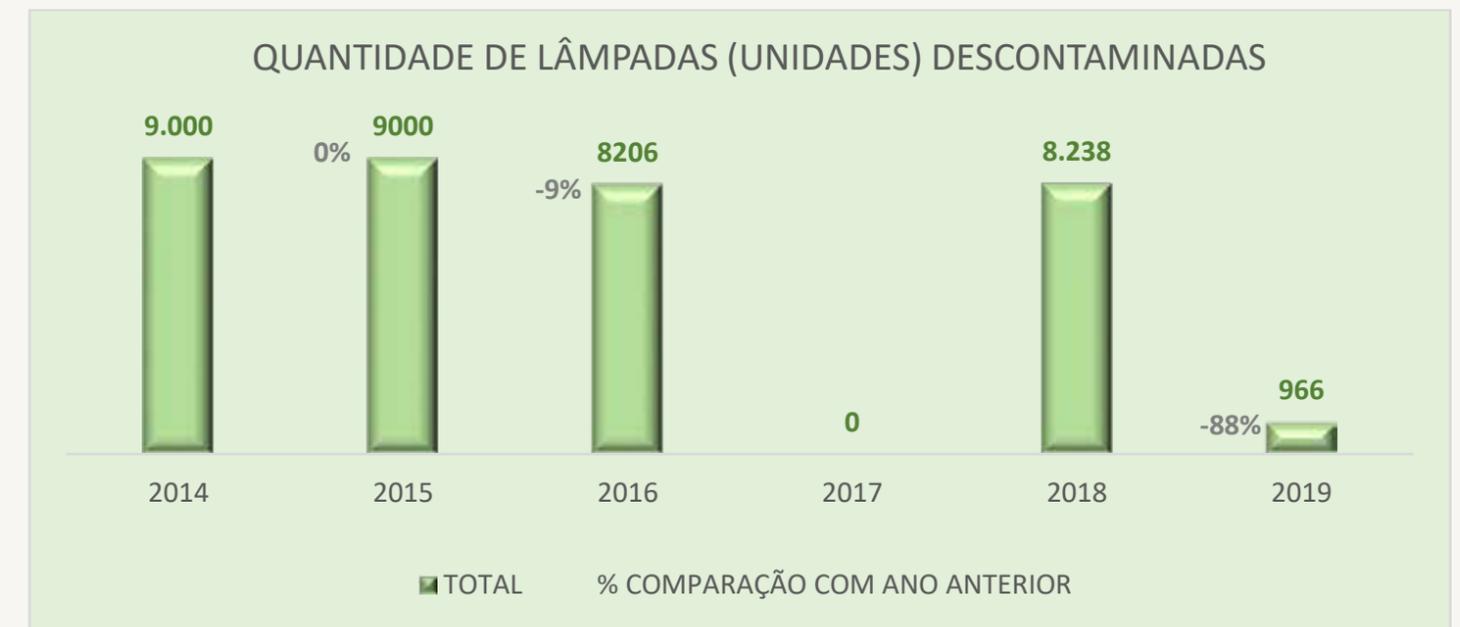


Fonte: Centro de Gestão Sustentável

\*\* A redução na destinação dos resíduos recicláveis às cooperativas pode ser devido ao aumento na mistura dos resíduos, o que compromete a pesagem correta e sua destinação final adequada. Outro ponto que pode contribuir com a redução dos indicadores é o descarte dos copos descartáveis no lixo comum, uma vez que as cooperativas não reciclam este material devido à inviabilidade econômica de tal ação.



Fonte: Centro de Gestão Sustentável



Fonte: Secretaria de Projetos e Obras

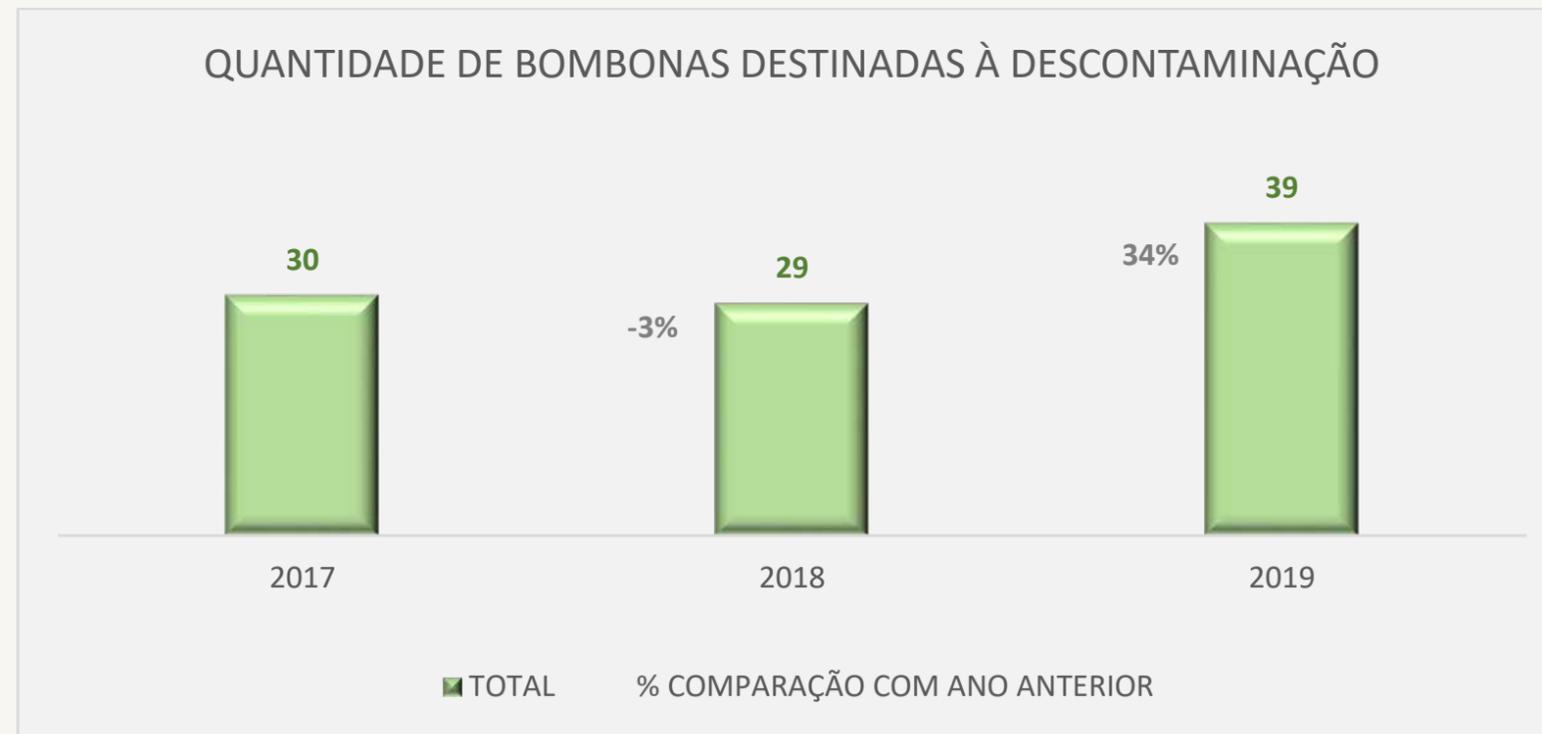
Em 2019 a empresa responsável por coletar, transportar e descontaminar adequadamente as lâmpadas descumpriu o contrato, acarretando sua rescisão. As lâmpadas remanescentes de 2019 serão descontaminadas em 2020 em decorrência de um novo contrato.



Percentual de utilização de lâmpadas  
de LCD nas edificações próprias:

**2018 - 35,77%**

**2019 - 73,61%**



Fonte: Secretaria de Atendimento à Saúde

\* Visando adequar o PLS à realidade insitucional, em 2019, este indicador foi reformulado à luz da Lei Distrital 4.352/2009, que dispõe sobre o tratamento e a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde. De acordo com seu artigo 6º, parágrafo primeiro, caso haja, os resíduos deverão ser coletados, no mínimo, de forma semanal, independentemente do peso.

O aumento de 34% é devido à ampliação da realização de cirurgias peridontais em 2019 pela Secretaria de Apoio à Saúde.





## Informática



Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação.

O aumento da quantidade de folhas geradas no sistema *Tabularium* deve-se ao aumento de sua utilização, refletindo, também, na redução considerável do consumo de papel.

Em 2019 foram destinados

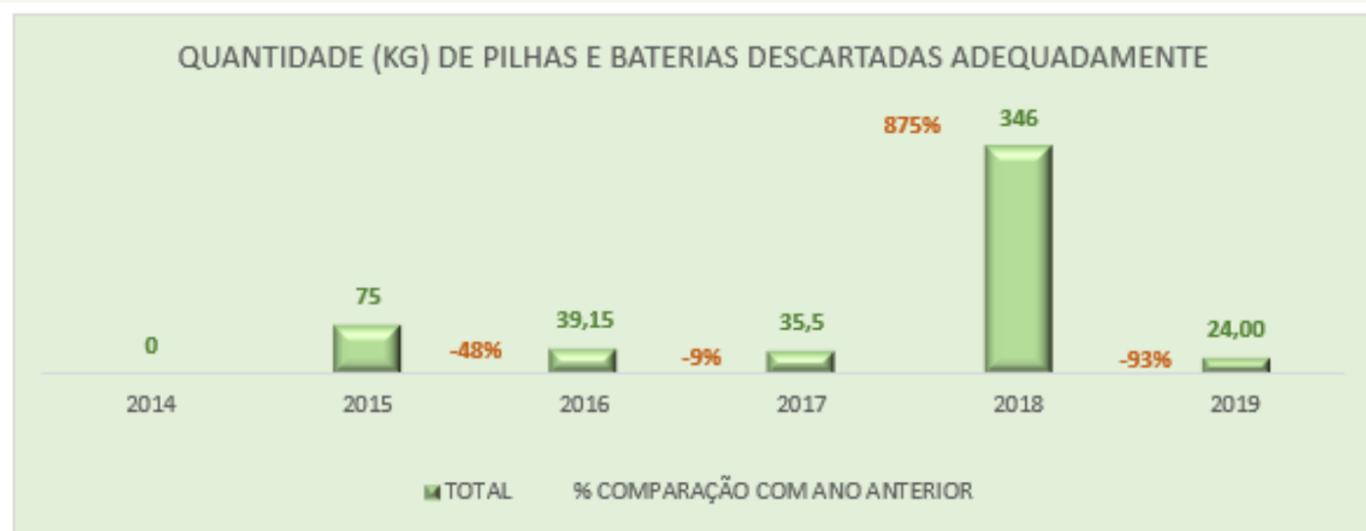
**1578**  
bens de  
informática  
para o desfazimento.



Fonte: Secretaria de Tecnologia da Informação.

De acordo com a área de almoxarifado, uma das possíveis causas no aumento de tóneres destinados à reciclagem em 2019 pode ter sido o acúmulo no ano anterior e a destinação às cooperativas de reciclagem ter sido realizada no ano seguinte. Outro fator que pode ter contribuído foi a devolução de toner reserva utilizado nas promotorias descentralizadas.

De acordo com a área de informática, em 2019 houve o desfazimento de equipamentos de informática. Modelos antigos e seus suprimentos saíram do parque computacional da insituição. Outro fator que pode ter contribuído com o aumento do indicador foi o aumento no fornecimento de impressoras e multifuncionais coloridas, que consomem 4 tóneres (nas cores preto, ciano, magenta e amarelo).



Fonte: Centro de Gestão Sustentável

Em 2018 um cidadão solicitou apoio da instituição para descartar 300kg de pilhas e baterias, assim, a diferença em relação ao ano anterior foi significativa.





### *3. Licitações Sustentáveis*

No âmbito federal, o processo de compras é embasado na Lei nº 8666, de 1993, que, após atualização jurídica em 2010, passou a prever a licitação sustentável. Com essa inovação, o procedimento licitatório sustentável é definido como aquele destinado à observância do princípio constitucional da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa para a administração e da promoção do desenvolvimento nacional sustentável. O MPDFT embasa seu processo de contratações por essa lei e o processo de compras públicas é realizado pelas áreas responsáveis considerando critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, nas contratações de serviços e na execução de obras. Outro documento que norteia as licitações sustentáveis da instituição é o Guia de Contratações Sustentáveis do MPF. Em suma, as licitações sustentáveis nada mais são do que o poder de compra do setor público utilizado para gerar benefícios econômicos e

socioambientais.

Em 2019 os indicadores que apresentaram os maiores aumentos em comparação com o ano anterior foram:

- 1) Percentual de sanitários com válvulas de duplo acionamento das edificações próprias, com aumento de 16% em relação ao ano anterior;
- 2) Percentual de sistemas de ar-condicionado automatizados, com aumento de 14%.

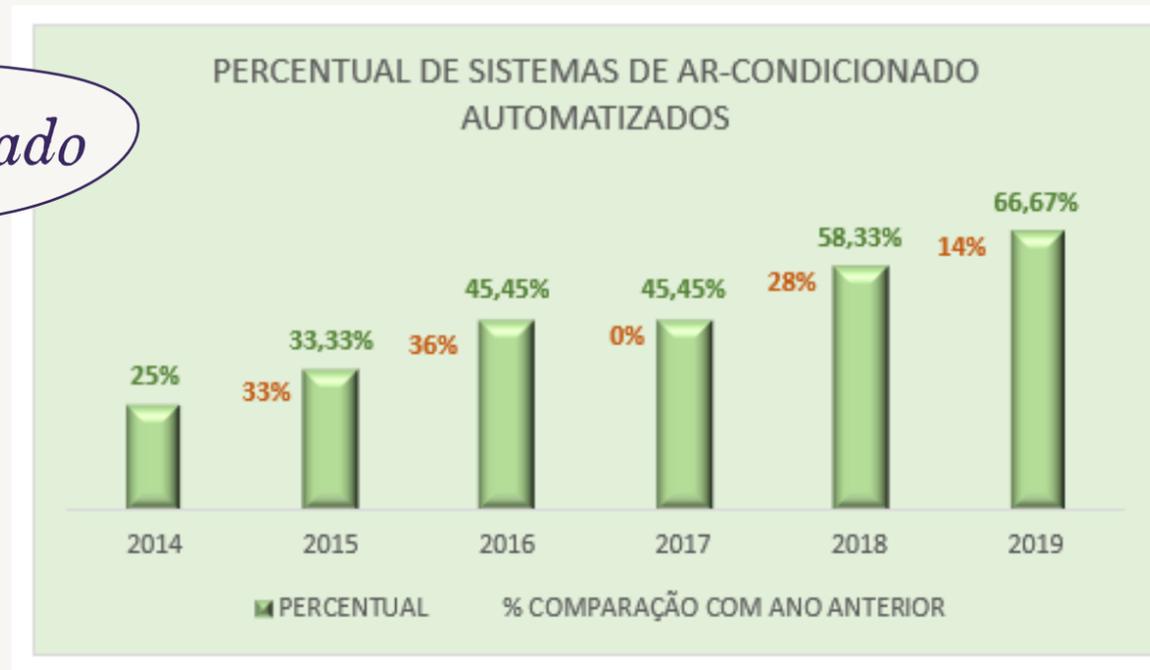
Por outro lado, os indicadores que apresentaram as maiores reduções foram:

- 1) Gasto com aquisição de madeira certificada, com redução de 98% devido à redução no mobiliário adquirido.
- 2) Gasto médio com contrato de telefonia fixa, com redução de 59%, e gasto total do contrato de telefonia fixa, com redução de 58%, em virtude da assinatura de um novo contrato;

3) Redução de 46%, no total em quilos, de papel A4 100% reciclado adquirido para impressão, em virtude da entrada em vigor do PJe e da consolidação do sistema *Tabularium*;

4) Redução de 42% na aquisição geral de papel A4 100% reciclado para impressão, com redução de 42% devida à mesma justificativa do item anterior.

Ar condicionado



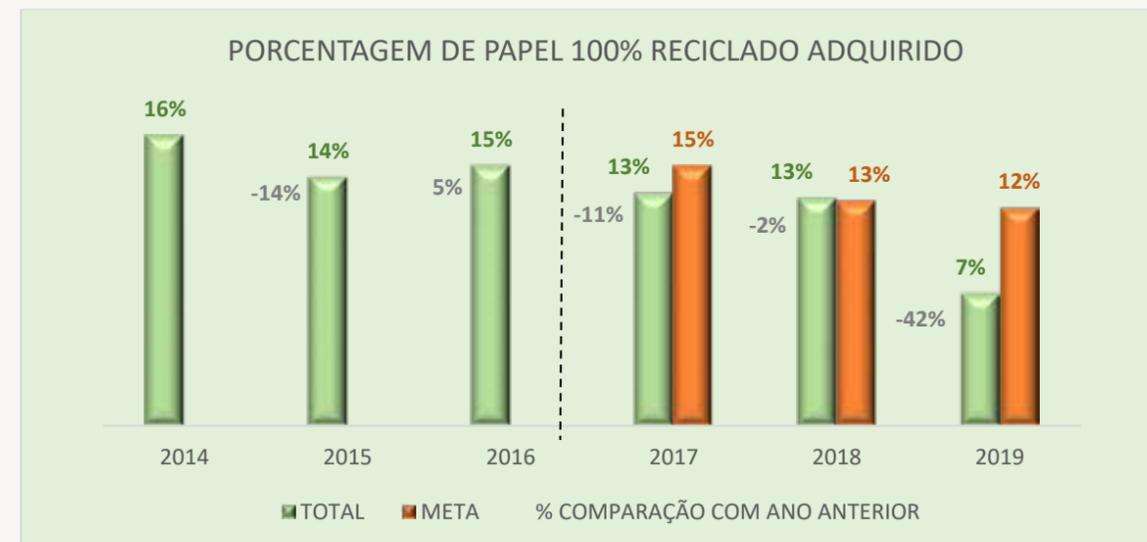
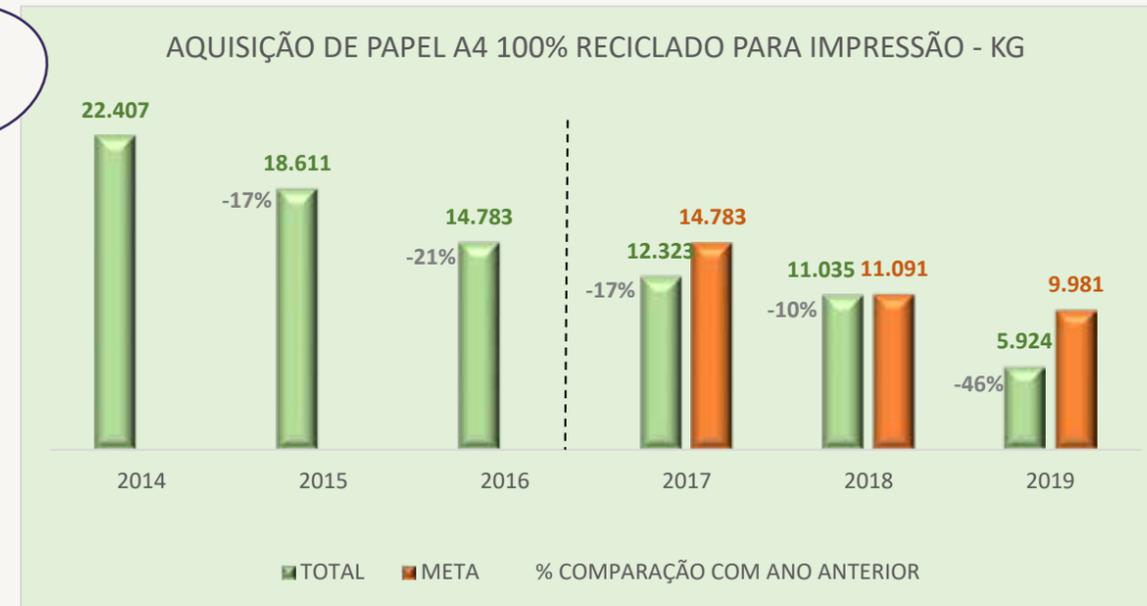
Fonte: Secretaria de Projetos e Obras



Água

Fonte: Secretaria de Projetos e Obras

Papel



Fonte: Secretaria de Administração

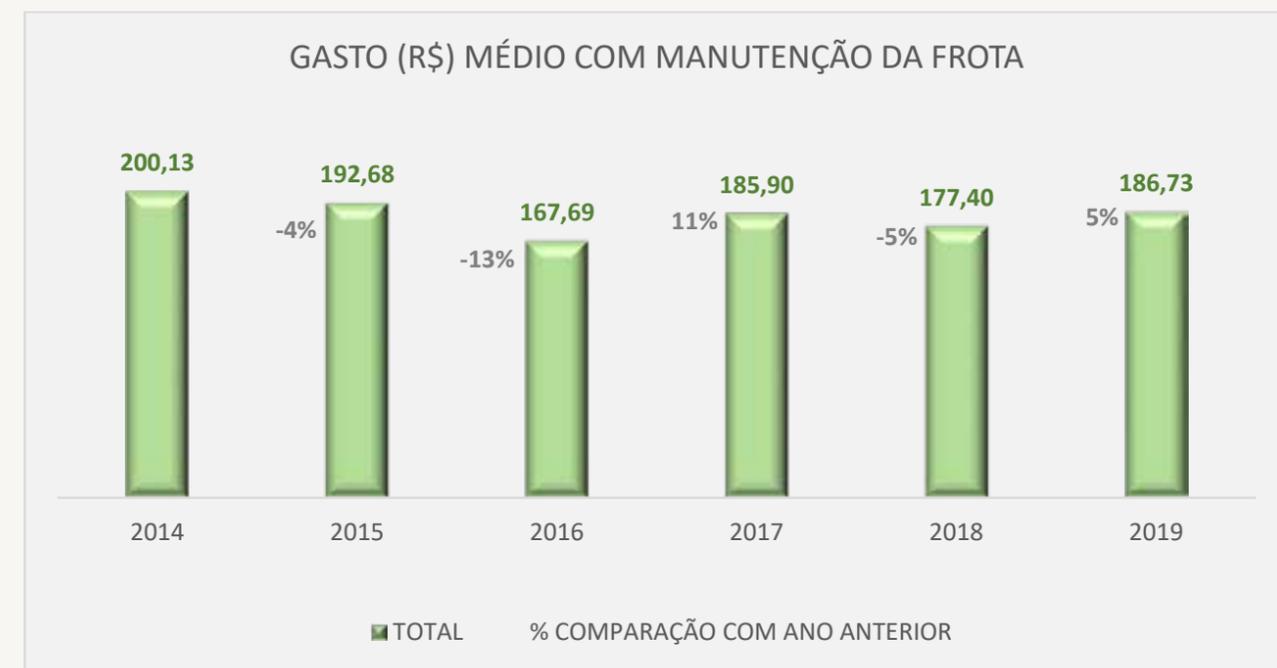
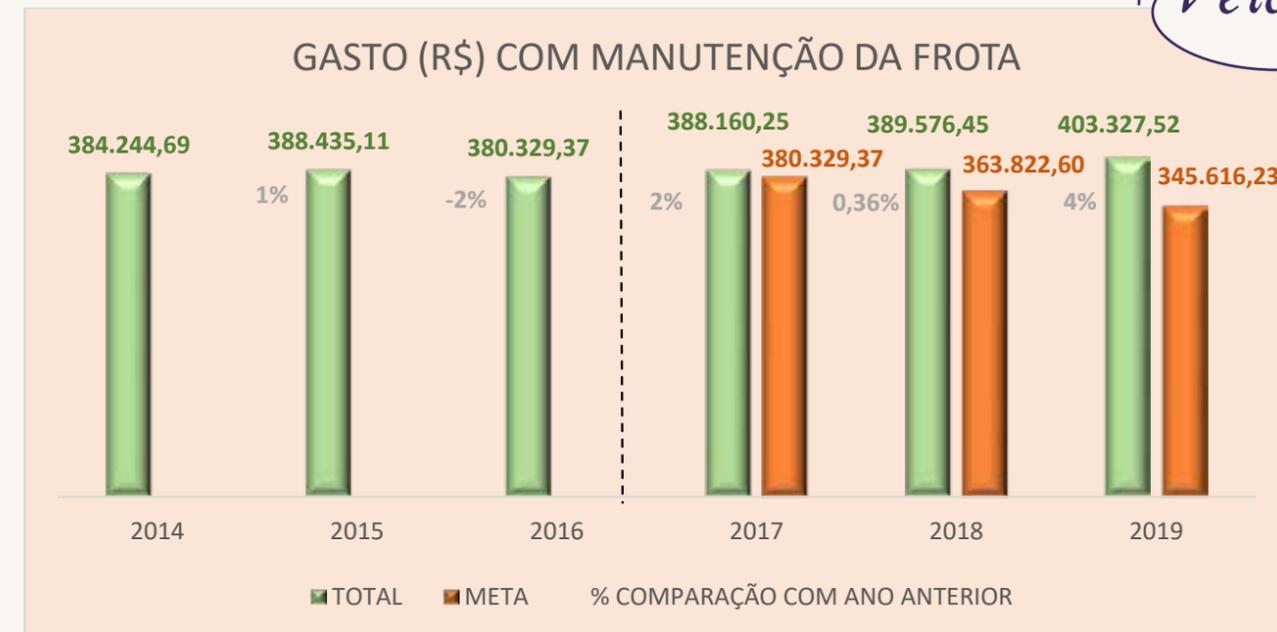
\*\*A redução nas requisições de papel reciclado feitas pelas diversas unidades da instituição é devido à implementação do sistema PJe, o qual não recomenda a utilização de papel reciclado devido à coloração que promove perda/obscuridade de informações no momento da digitalização dos documentos.

*Madeira*



A redução foi proveniente da diminuição da aquisição de mobiliário, consequência da redução de investimento advinda da política de limitação de despesas.

*Veículos*



Fonte: Secretaria de Administração

**VEÍCULOS PARA TRANSPORTE DE SERVIDORES, TRAMITAÇÃO DE DOCUMENTOS E DEMAIS ATIVIDADES FUNCIONAIS**

ANO	TOTAL	% COMPARAÇÃO COM ANO ANTERIOR
2014	109	
2015	108	-1%
2016	128	19%
2017	116	-9%
2018	116	0%
2019	116	0%

**QUANTIDADE DE VEÍCULOS UTILIZADOS NO TRANSPORTE DE MEMBROS**

ANO	TOTAL	% COMPARAÇÃO COM ANO ANTERIOR
2014	51	
2015	60	18%
2016	61	2%
2017	58	-5%
2018	67	16%
2019	67	0%

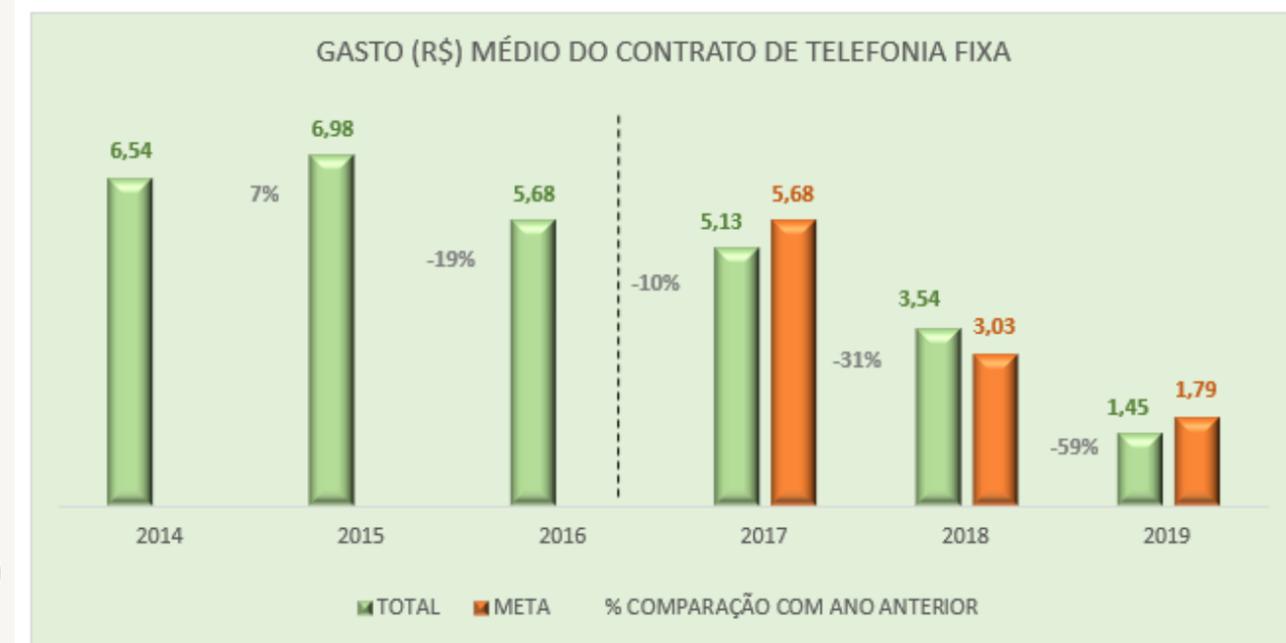
Fonte: Secretaria de Administração

*Serviços de limpeza*

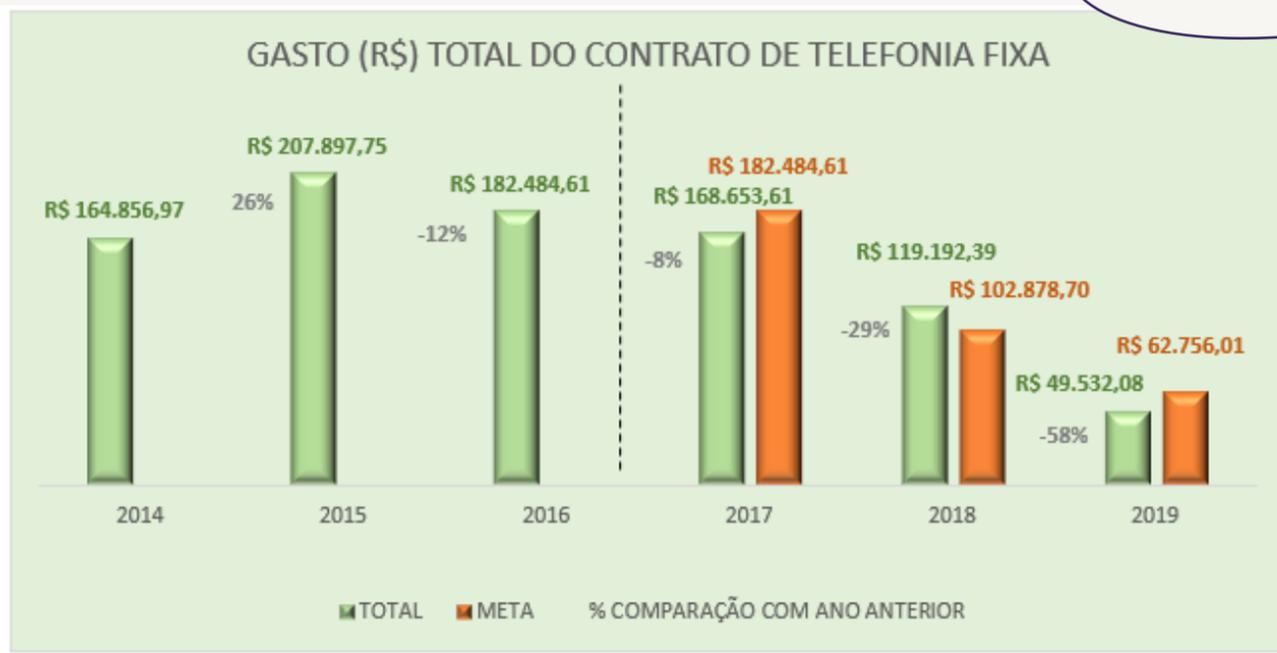


Fonte: Secretaria de Administração

*Telefonia*

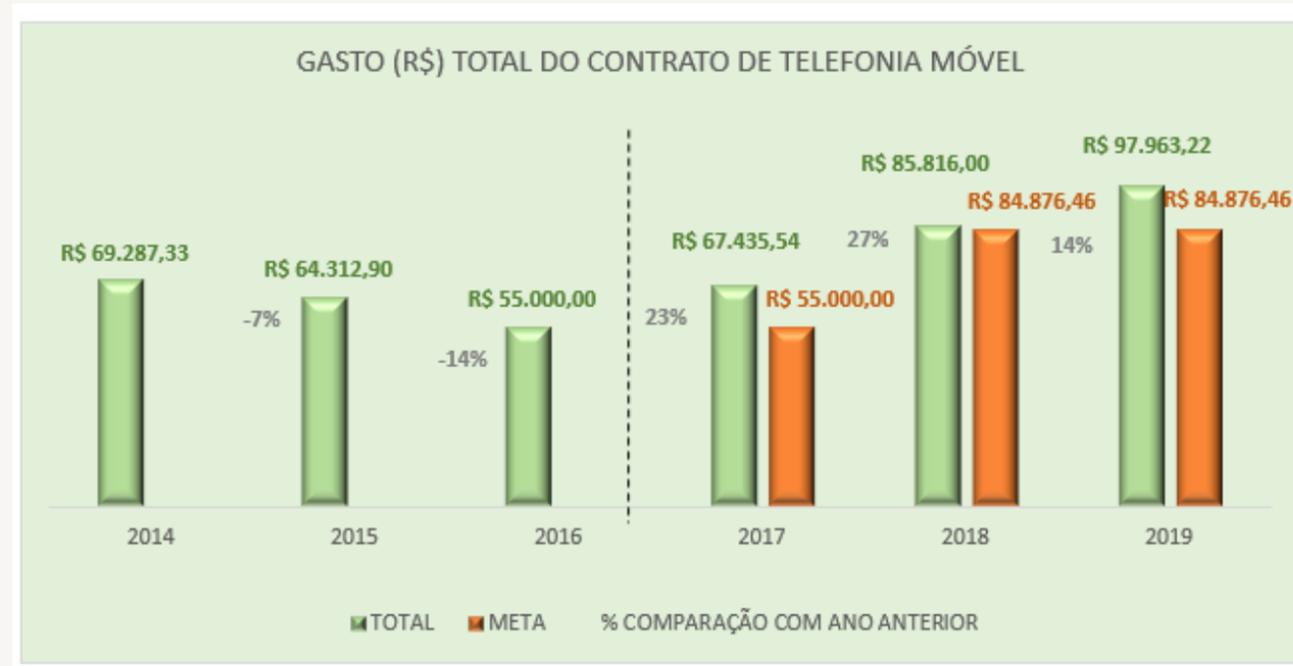


Fonte: Secretaria de Administração



Fonte: Secretaria de Administração

\*\* A redução no gasto médio do contrato foi resultado de estudos realizados pela Subsecretaria de Telecomunicações - Su-tel/SDA, viabilizando em uma nova contratação de serviços de telefonia fixa mais vantajosa para a instituição.

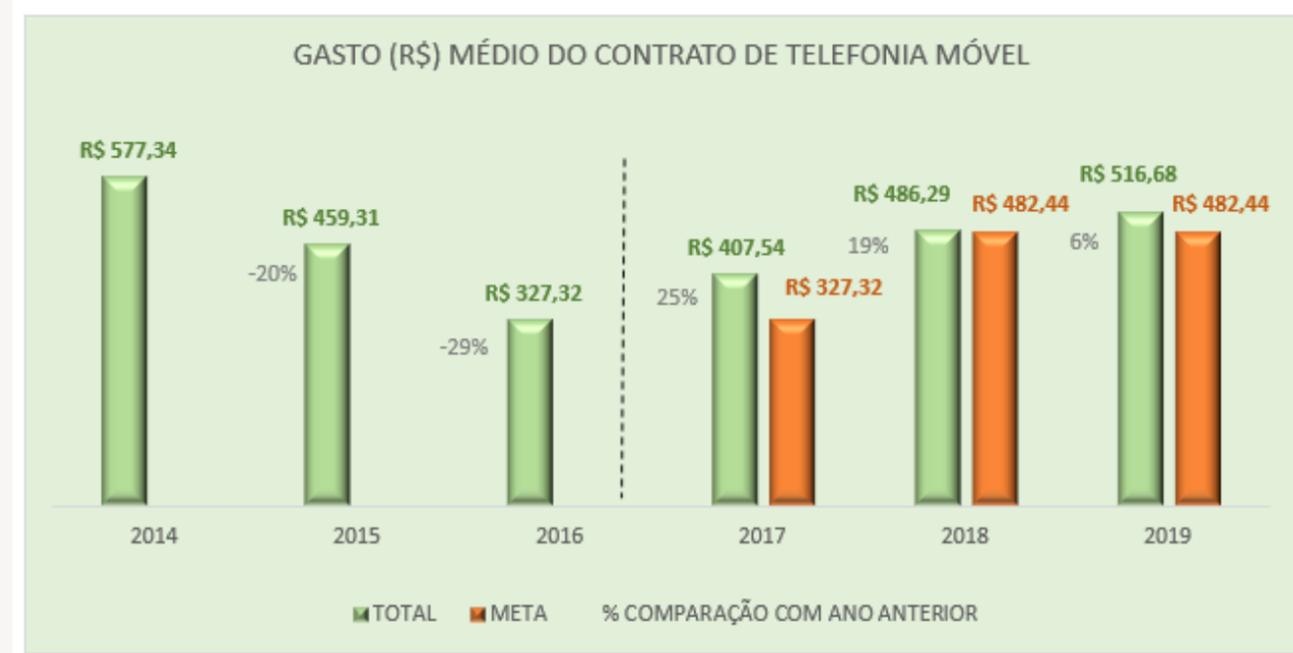


*Informática*

*No período entre 2017 e 2019, não houve aquisição de impressoras frente-verso*

*A instituição não possui impressoras alugadas.*

Fonte: Secretaria de Administração



Fonte: Secretaria de Administração

*Segurança no serviço*



Fonte: Secretaria de Segurança Orgânica



Fonte: Secretaria de Segurança Orgânica

Em 2019, com a conclusão da Promotoria de Justiça de Brasília II e as mudanças das Promotorias de Justiça do Núcleo Bandeirante, Guará e Riacho Fundo para esta nova sede, houve a supressão de postos de vigilância.



## *4. Qualidade de vida no trabalho*

Instituir ações de qualidade de vida no trabalho por meio de ações que promovam a saúde mental e o bem-estar dos colaboradores da instituição, bem como a segurança no serviço e acessibilidade de pessoas com deficiência. Nesse sentido, todas as unidades próprias do MPDFT têm boa estrutura de acessibilidade para portadores de deficiência física, como rampas de acesso, elevadores, vagas específicas. Além disso, conta com o Grupo de Trabalho MP Acessível, que é composto por representante de setores estratégicos, com o objetivo de realizar estudos para tornar o MPDFT mais acessível ao público interno. Há atualmente quase 80 servidores com algum tipo de deficiência na instituição.

Em 2019 a Assessoria Especial de Promoção

da Saúde e da Qualidade de Vida implementou novos projetos, como o atendimento em auriculoterapia e o Projeto Autoconhecimento e Bem-estar Financeiro, que visa oferecer aos integrantes do MPDFT uma oportunidade de desenvolver conhecimentos e habilidades sobre gestão financeira e bem-estar. Ainda este ano, foi institucionalizado o Projeto De Mãos Dadas, cujo objetivo é proporcionar um espaço de escuta e de troca de experiências entre os chefes de gabinete.

Outra novidade foi a reformulação do Programa Despertar, em parceria com os Centros de Atenção Psicossocial da Secretaria de Saúde do Distrito Federal (CAPS), ampliando a discussão sobre o uso abusivo de álcool e outras drogas.



Fonte: Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida

\*A Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida (Apres) não enviou a justificativa do indicador no prazo estabelecido.

AÇÕES EDUCATIVAS EM SAÚDE	
2014	22 eventos 268 participações
2015	25 eventos 623 participações
2016	27 eventos 641 participações
2017	20 eventos 381 participações
2018	15 eventos 282 participações
2019	53 eventos 830 participações

Fonte: Assessoria Especial de Promoção da Saúde e da Qualidade de Vida



*Ações de promoção de qualidade de vida no trabalho*



*Segurança no serviço e acessibilidade*



Em março de 2016, houve a suspensão do contrato de brigada, que retornou em dezembro. Os valores pagos nesse ano correspondem a quatro meses do contrato.

*Brigada voluntária  
contra incêndio está em  
fase de implementação  
pela instituição.*





## *5. Sensibilização e capacitação*

As ações de sensibilização visam despertar uma nova consciência para as questões relacionadas ao meio ambiente, principalmente para os bens considerados essenciais à manutenção da vida no planeta Terra.

As ações de capacitação visam fomentar e consolidar a responsabilidade socioambiental, capacitar e incrementar o desenvolvimento profissional dos integrantes na instituição. Sendo assim, as ações de capacitação são contínuas e envolvem as diversas áreas de atuação do MPDFT, desde as áreas técnicas até as gerenciais, abrangendo todos os cargos.

Nesse sentido, em 2019, o MPDFT realizou as seguintes campanhas. Em 2018, a instituição iniciou a implementação das trilhas de

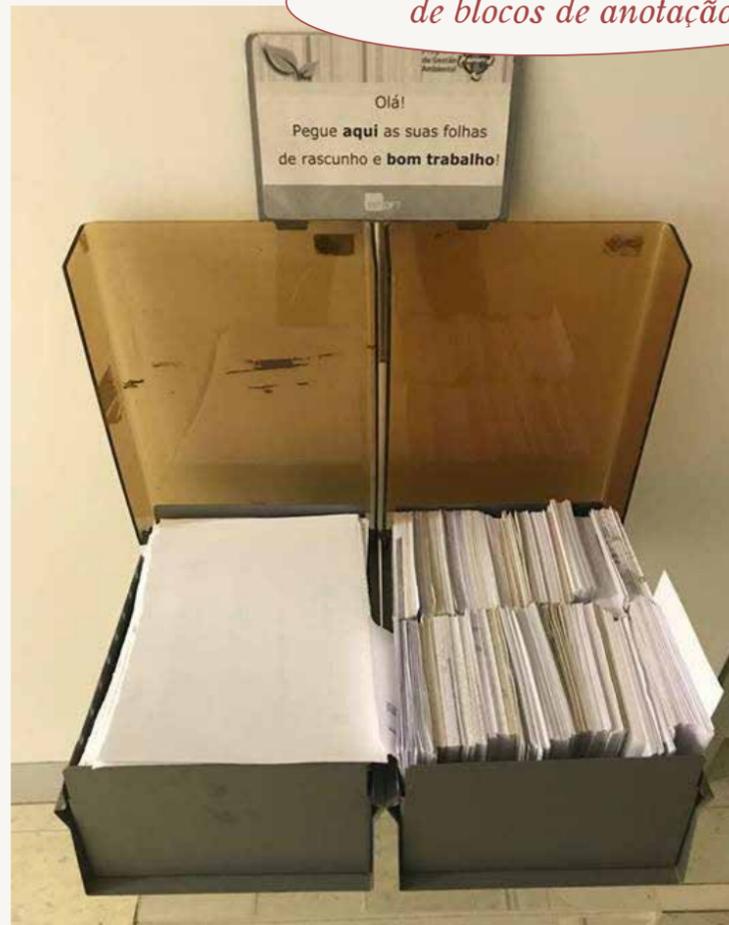
aprendizagem gerenciais tendo por referência as competências mapeadas no MPDFT, visando a desenvolver os conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias aos atuais e futuros dos gestores da instituição.

As competências gerenciais são representadas por 26 referenciais de desempenho, distribuídos em quatro frentes de atuação gerencial, complementares entre si: Gestão de Pessoas, Gestão de Rotinas, Gestão da Inovação e Gestão de Resultados.

Nesse sentido, em 2019, o MPDFT realizou as seguintes campanhas

# Campanhas de conscientização e sensibilização realizadas em 2019

Doação de folhas para confecção de blocos de anotação.



Descarte de cartões de PVC



Projeto Biguá (óleo de cozinha)



Redução no consumo de energia elétrica



*Recolhimento de bitucas de cigarro*



*Descarte de lixo eletrônico*



*Almoxarifado sustentável*



*Semana do Meio Ambiente*



**Soluções Sustentáveis**  
*Semana do Meio Ambiente*

**Programação**  
**3 a 7 de junho**

**3 de junho, segunda:**

14h — Proibição de copos e canudos plásticos no DF (PL 976/20169)

16h — Projeto que veda a aquisição de copos na Administração Pública (PL 4423/2016)

**4 de junho, terça:**

14h — Tema de palestra a definir.

16h — Atuação de pesquisadores da UnB em Brumadinho

**5 de junho, quarta:**

14h — Agenda Ambiental na Administração Pública

16h — Plano de Logística Sustentável: a experiência do TCU

**7 de junho, quinta:**

14h — Gastronomia e desperdício zero: como reaproveitar os alimentos

16h — Malunga: produção orgânica

**6 de junho, sexta:**

14h — Oficina: confecção de sabão com óleo de cozinha

16h — Oficina: coleta seletiva - como separar e descartar corretamente

Em 2019, a Semana de Meio Ambiente apresentou o tema “soluções sustentáveis” com palestras relevantes para a sustentabilidade, como a discussão da Lei Distrital nº 976/2016, que proíbe o uso de copos e canudos plásticos no Distrito Federal. O evento também trouxe abordagens do programa Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e contou com a participação de outros órgãos públicos que aderiram à Agenda (Tribunal de Contas da União e o Ministério do Meio Ambiente) com o objetivo de proporcionar uma gestão mais sustentável da Administração Pública. Também foram ministradas palestras sobre algumas tecnologias ambientais aplicadas, economia circular, produção de orgânicos pela Fazenda Malunga e sobre a atuação de pesquisadores da Universidade de Brasília em Brumadinho/MG.



## *Considerações finais*

A elaboração do PLS 2019 foi realizada em conjunto com as áreas integrantes de forma participativa desde sua primeira versão em 2017. São elas: Centro de Gestão Sustentável, Assessoria Especial de Promoção da Saúde, Coordenadoria de Documentação e Informação, Secretaria de Administração, Secretaria de Projetos e Obras, Secretaria-Geral, Secretaria de Segurança Institucional e Secretaria de Atendimento à Saúde.

Este Plano tem por objetivos ser um instrumento de planejamento e reforçar o compromisso institucional com a adoção de ações e rotinas sustentáveis. Atualmente, o PLS possui 94 indicadores distribuídos em cinco eixos e propõe uma nova consciência para os gestores

e servidores, bem como novos desafios para a Administração.

Em 2020, o GT contará com sete titulares e sete suplentes, além da consultoria técnica da Secretaria de Projetos.

Os indicadores mensais serão monitorados bimestralmente e os e semestralmente para os indicadores semestrais e anuais, semestralmente. A verificação avaliará o atendimento verificando se atendem às metas previstas. No final do ano, pretende-se apresentar o índice de realização e o acompanhamento dos planos de ações.

A publicação do PLS 2020 está prevista para março de 2021.



*Anexos*

INVENTÁRIO DE BENS E MATERIAIS COM CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE					
	ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	CRITÉRIO DE SUSTENTABILIDADE	VALOR GASTO
1	Borracha apagadora	600	Unidade	Borracha termo-plástica livre de pvc	324,00
2	Caneta marca texto	1.500	Unidade	Fabricado com tinta à base de água	1.140,00
3	Cola branca	700	Unidade	Solúvel em água e conforme norma do inmetro	497,00
4	Envelope pardo médio	6.000	Unidade	Produzido em papel kraft natural	1.380,00
5	Envelope pardo grande	2.500	Unidade	Produzido em papel kraft natural	875,00
6	Envelope reaproveitável grande	3.500	Unidade	Produzido em papel kraft natural	2.450,00
7	Papel A4 branco	5.100	Resma	Pelo menos um selo institucional que demonstre a preocupação do fabricante com o meio ambiente	71.324,00
8	Papel A4 reciclado	1.200	Resma	Pelo menos um selo institucional que demonstre a preocupação do fabricante com o meio ambiente. Fabricado com papel reciclado	16.080,00
9	Pincel azul para quadro branco	170	Unidade	Fabricado com tinta à base de água	227,80
10	Pincel vermelho para quadro branco	150	Unidade	Fabricado com tinta à base de água	195,00

Fonte: Secretaria de Administração

## *Outras Ações Institucionais de 2019*

### **STI**

Para assegurar a conformidade legal da gestão de TI, o Ministério Público do Distrito Federal observa e aplica um vasto conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Governo Federal, por órgãos de controle, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), padrões internacionais para a manutenção dos serviços de TI. A respeito dos padrões internacionais, é possível citar a ISO/IEC 20000:2005 – uma norma internacional que permite que as práticas de gerenciamento de serviços de TI propostas pelo ITIL possam ser auditadas de forma objetiva por uma organização externa; O ITIL, (IT Infrastructure Library) – uma biblioteca contendo melhores práticas para o gerenciamento de serviços de TI ; e também podemos citar as recomendações contidas no conjunto de boas práticas Control Objectives for Information and related Technology - COBIT.

Além disso, obedece além de obedecer às normas estabelecidas em seus normativos internos próprios e pela Auditoria Interna do Ministério Público da União. Desse modo, evolui continuamente seus padrões referentes a dados abertos, acessibilidade, aprimoramento da governança digital, segurança da informação, identidade visual, interoperabilidade, licitação e fiscalização de contratos.

Principais iniciativas:

1 - Uso do sistema NeoGab para Integração entre dos sistemas eletrônicos do e-Gab e do NeoSispro.;

2 - APP MPDFT – por meio deste aplicativo já é possível fazer o lançamento de múltiplos Movimentos (inventário patrimonial, envio de atestados de saúde, acesso ao contracheque).

3- Implantação do processo judicial eletrônico (PJe) em todas as naturezas judiciais do MPDFT.

4- Desenvolver processo extrajudicial eletrônico. Sistema NeoGab no ar desde o segundo semestre de 2015. A estratégia foi desenvolver acompanhando a implantação do processo eletrônico no TJDFT, que foi feita de forma gradual. Atualmente estamos com quase 100% dos processos judiciais já no formato eletrônico. Alguns processos ainda estão passando por digitalização no TJ, mas quando o fizerem o NeoGab possui totais condições de abarcá-los. Em 2020 iniciamos o desenvolvimento do Extrajudicial, feitos internos, no modelo eletrônico, que será tratado pelo NeoGab;

5 - Integração do NeoGab com inquéritos policiais e termos circunstanciados.

6 - Integração do NeoGab com sistema da Justiça Eleitoral.

7 - Adequação do NeoGab às novas versões do Pje e do MNI (Modelo Nacional de Interoperabilidade), e implementação do fluxo de solici-

tação de serviços e de análise processual.

8 - Migração para ambiente web do sistema de Teletrabalho da área-fim.

9 - Orzare – novo sistema de gestão orçamentária e financeira. Sistema foi iniciado, mas paralisado, dada a prioridade de outros sistemas. Para 2020 ele entrou novamente no PDTI e deverá ser retomado assim que houver disponibilidade de equipe técnica. Será um sistema em plataforma Web.

10 - PACTUM – desenvolvimento de solução para gestão de contratos. Sistema entregue em ambiente de produção para o usuário. Atualmente falta fazer a integração com o portal da transparência e acompanhar o uso bem como as possíveis migrações;

11 - Sistema de registro de atendimentos de serviços gerais. Sistema em plataforma web. Foi iniciado, mas paralisou por questões técnicas e

internas da Subsecretaria de Desenvolvimento de Sistemas. Será retomado em breve, assim que for priorizado. Desenvolvimento foi iniciado no final do ano passado. É a atividade A108 do PDTI 2020 – Desenvolver sistema para registro de atendimentos da SUSEG/SDA.

12 - Disponibilização da plataforma EAD na Internet.

13 - Unificação dos sistemas de atualização cadastral.

14 - A104 – Implantar solução de autenticação segura com a rede da PGR/MPF para a implantação do Sistema Integrado de Gestão de Auditoria do MPU – AUDITA. Em 2019, estava no PDTI, ação A104. Foram feitas as ações solicitadas pela PGR, porém eram necessários ajustes por parte da PGR para continuar a atividade.

### **SPO**

Aliado aos investimentos listados a seguir, o

MPDFT tem mantido, desde maio de 2016, um rígido controle do funcionamento dos seus sistemas de ar-condicionado, da iluminação e do consumo e reúso de água, visando sempre ao uso sustentável das suas edificações.

1 - Ações visando à redução do consumo de água:

Recuperação dos reservatórios de água e implantação de sistema de aproveitamento de água pluvial nos edifícios:

- a) das Promotorias de Justiça da Infância;
- b) das Promotorias de Justiça do Gama; e
- c) das Promotorias de Justiça de Ceilândia.

Automação do sistema de irrigação da jardinagem no edifício das Promotorias de Justiça de Brasília II, do Gama, do Paranoá, de Samambaia e do Edifício Sede.

2 - Ações visando à redução do consumo de

energia elétrica:

Substituição de 5.500 lâmpadas fluorescentes comuns por lâmpadas LED ou equivalentes de alto rendimento.

Implantação da automação do sistema de ar condicionado no edifício das Promotorias de Justiça de Planaltina.

Aliado aos investimentos citados acima, o MPDFT tem mantido, desde maio de 2016, um rígido controle do funcionamento dos seus sistemas de ar condicionado, iluminação, consumo e reúso de água, visando sempre ao uso sustentável das suas edificações.

### **SDA**

Principais iniciativas:

1 - Modernização dos serviços de telefonia do MPDFT - foi proposta ao Secretário-Geral uma nova contratação de serviços de telefonia fixa. A proposta foi acatada e executada culminando

no contrato 005/SG/MPDFT/2019. Por meio da nova contratação, o gasto do MPDFT com telefonia fixa, que em 2018 foi de R\$ 119.192,39, passou para R\$ 49.532,08 em 2019, ou seja, houve uma redução de mais de 58%. Essa economia permitiu incrementar o contrato de telefonia móvel com mais linhas e, conseqüentemente, mais unidades passaram a realizar comunicações por meio de aplicativos, como WhatsApp, proporcionando celeridade à atuação do MPDFT.

2 - Aprimoramento da gestão de aquisições, reavaliando as compras de materiais de consumo a partir da implementação do PJe, o que reduziu em 25% o gasto com os itens de consumo utilizados nas atividades em que foi implementado o PJe.

3 - Otimização das rotinas de trabalho da unidade, por meio do uso de tecnologia para realizar o levantamento físico dos bens patrimoniais, viabilizado pelo aplicativo— APP MPDFT



**MPDFT**  
60 ANOS



Ministério Público  
do Distrito Federal  
e Territórios

### Missão do MPDFT

Promover a justiça, a democracia,  
a cidadania e a dignidade humana,  
atuando para transformar em  
realidade os direitos da  
sociedade.



**Ouvidoria**  
MPDFT

127  
[www.mpdft.mp.br/ouvidoria](http://www.mpdft.mp.br/ouvidoria)

Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2,  
Sede do MPDFT, Brasília-DF, CEP 70.091-900  
Telefone: (61) 3343-9500 | [www.mpdft.mp.br](http://www.mpdft.mp.br)

 [mpdftoficial](#)  [mpdftoficial](#)  [mpdft](#)  [mpdftoficial](#)

